Adasa
Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal

RELATÓRIO DA TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016

Condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal

RELATÓRIO DA TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016

Condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal

Brasília, novembro de 2024.

AGÊNCIA REGULADORA DE ÁGUAS, ENERGIA E SANEAMENTO BÁSICO DO DISTRITO FEDERAL

Diretoria da Adasa

Raimundo da Silva Ribeiro Neto – Diretor-presidente
Vinícius Fuzeira de Sá e Benevides – Diretor
Rogério Shumann Rosso – Diretor
Antonio Apolinário Rebelo Figueirêdo – Diretor
Felix Angelo Palazzo – Diretor
Fernando Martins de Freitas – Ouvidor

Coordenado pela

Superintendência de Resíduos Sólidos – SRS

Equipe Técnica Responsável

Élen Dânia Silva dos Santos – Superintendente de Resíduos Sólidos
Clésio Gomes de Araújo – Coordenador de Regulação e Outorga
Silvo Góis de Alcântara – Assessor
Guilherme de Almeida – Apoio administrativo

Colaboradores

Carmen Lígia Pimentel Lopes – Coordenadora de Fiscalização
Hérica Cruz do Nascimento – Reguladora de Serviços Públicos
Vitor Guimarães Marques – Regulador de Serviços Públicos
Samira Iasbeck de O. Soares – Coordenadora do Serviço de Relacionamento com o Usuário
Mayara Menezes Leal Alves – Apoio administrativo
Carlos André Santos Ramos – Estagiário
Marcos José Ferreira da Silva – Estagiário

SUMÁRIO

1. Contextualização..... 5

2. Objetivo da Tomada de Subsídios para a Revisão da Resolução nº 21/2016 7

3. Planejamento da Tomada de Subsídios 7

3.1 Mapeamento dos atores impactados pela Resolução nº 21/2016 8

4. Metodologia da Tomada de Subsídios 9

4.1 Formulário eletrônico.....9

4.2 Workshops presenciais 10

5. Resumo das Principais Contribuições Recebidas 12

6. Considerações Finais 14

ANEXO I – RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DA TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016 15

ANEXO II - CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NOS WORKSHOPS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016 39

CONTEXTUALIZAÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A Resolução nº 21/2016 é o instrumento regulatório que estabelece as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal. A referida norma constituiu-se em um importante marco na regulação e fiscalização promovida pela Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - Adasa, pois traz um conjunto de elementos orientadores e disciplinadores da prestação e utilização dos respectivos serviços.

O ciclo regulatório requer que as normas sejam avaliadas e atualizadas, a fim de garantir a sua adequação à realidade atual do setor. Destaca-se que, no período de vigência da Resolução nº 21/2016, ocorreram importantes mudanças no arcabouço normativo que trata dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos, como, por exemplo, as normas de referência estabelecidas pela Agência Nacional de Água e Saneamento Básico (ANA), no exercício das competências que lhe foram conferidas pela Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, alterada pela Lei nº 14.026/2020, que assim estabeleceu:

> "Art. 25-A. A ANA instituirá normas de referência para a regulação da prestação dos serviços públicos de saneamento básico por seus titulares e suas entidades reguladoras e fiscalizadoras, observada a legislação federal pertinente."

A primeira Norma de Referência - NR do setor de saneamento básico foi aprovada pela Resolução ANA n° 79, de 14 de junho de 2021 e dispõe sobre o regime, a estrutura e parâmetros da cobrança pela prestação do serviço público de manejo de resíduos sólidos.

Para o setor de resíduos sólidos, a ANA também editou à Norma de Referência nº 07, a qual foi aprovada pelo Resolução ANA nº 187, de 19 de março de 2024, que dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta ou mediante concessão dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos urbanos. De acordo com o art. 110, inciso I, as entidades reguladoras infranacionais deverão observar e atender a NR 07/2024 até a data de 1º de abril de 2025.

Assim, a revisão da Resolução nº 21/2016 tem o objetivo de promover a atualização e o aprimoramento dos seus dispositivos, buscando compatibilizá-los com a legislação superveniente e ao ambiente técnico, econômico e social atual. Com isso, espera-se estimular a melhoria contínua da qualidade da prestação dos serviços e otimizar a atividade regulatória e fiscalizatória da Adasa.

Nesse aspecto, a percepção da necessidade de aperfeiçoamento da Resolução fez com que a Adasa inserisse, em sua Agenda Regulatória 2023-2024, a ação que versa sobre a revisão da referida norma.

No bojo do processo de revisão, a Adasa realizou uma Tomada de Subsídios, que é um mecanismo que possibilita a participação social durante as fases preliminares do processo regulatório da Agência e contempla diferentes técnicas de coleta de dados, ideias, sugestões e opiniões sobre determinado tema ou problema. Nessa etapa, há a coleta sistemática de informações, opiniões e dados de diversas partes interessadas, como prestadores ser serviços, usuários, especialistas, dentre outros.

A utilização desse instrumento propiciou um espaço de diálogo com as partes interessadas e impactadas pela Resolução nº 21/2016, permitindo coletar informações sobre a percepções, demandas e propostas dos agentes em relação às oportunidades de melhoria nos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal.

Destaque-se que, no âmbito regulatório, a tomada de subsídios fornece uma base de dados importante para tomada de decisões. Através da análise de informações coletadas nessa etapa, a Agência terá bases para compreender melhor as demandas do setor.

A Tomada de Subsídios contou com a participação de diversos atores sociais e institucionais, como o Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal (SLU), associações e cooperativas de catadores recicláveis, órgãos governamentais e universidades etc.

As informações obtidas serão utilizadas na fase de estudos para elaboração das propostas de alterações da Resolução nº 21/2016. Assim, esta etapa no processo de revisão da Resolução foi fundamental para que a Adasa pudesse conhecer percepções, sugestões e propostas que orientarão os estudos seguintes do processo de revisão da Resolução.

A Tomada de Subsídios promove o engajamento das partes interessadas no processo regulatório, incentivando a colaboração entre a agência e os setores regulados. Isso pode resultar em uma maior aceitação das normas, uma vez que as partes afetadas têm a oportunidade de contribuir para sua construção.

Quando as partes interessadas percebem que suas opiniões e dados estão sendo considerados, a confiança na Agência tende a aumentar. Já a transparência contribui para a legitimidade do processo regulatório, pois demonstra que as opções regulatórias são construídas com diálogos abertos com as partes interessadas.

Ademais, a consulta às partes interessadas permite identificar possíveis impactos e riscos associados às regulamentações. Assim, esses diálogos podem contribuir para identificar problemas atuais ou emergentes, ou mesmo soluções que talvez não fossem inicialmente consideradas pela Agência, permitindo uma avaliação mais completa e abrangente.

A inclusão de múltiplos atores nos diálogos setoriais para construção de instrumentos regulatórios tem o potencial de contribuir para mitigar a possibilidade de conflitos futuros, pois acredita-se que, quando as partes interessadas são ouvidas e suas visões e percepções são abordadas de maneira adequada, há uma tendência de maior adesão às regulamentações propostas pelo Agência.

Em síntese, a Tomada de Subsídios contribui para aumentar eficácia e a credibilidade do processo regulatório de revisão da Resolução nº 21/2016, ao envolver as partes interessadas e incorporar diversas informações e perspectivas, promovendo um ambiente regulatório mais transparente e participativo.

A Tomada de Subsídios para a revisão da Resolução nº 21/2016 foi conduzida por meio da elaboração de um formulário eletrônico e de um total de 5 (cinco) workshops presenciais.

Importante mencionar que a qualidade regulatória é influenciada pela transparência e legitimidade do processo de elaboração e revisão das normas de regulação. Nesse aspecto, a tomada de subsídios é um elemento do processo de revisão Resolução nº 21/2016 que contribuirá para a efetividade e qualidade da referida norma.

O presente relatório, portanto, tem como principal objetivo apresentar os resultados gerais do processo de Tomada de Subsídios para revisão da Resolução nº 21/2016, que estabelece as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no Distrito Federal.

OBJETIVOS DA TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016

2. OBJETIVOS DA TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016

Conforme mencionado, a Tomada de Subsídios possibilita a participação social nas fases preliminares do processo regulatório, permitindo conhecer percepções, a opiniões, expectativas e eventuais propostas de soluções que podem ser implementadas para o aprimoramento do instrumento regulatório.

Nesse contexto, os elementos obtidos na Tomada de Subsídios serão considerados nos estudos subsequentes que embasarão as propostas de aprimoramento dos dispositivos do instrumento regulatório em revisão. A partir dos dados e informações obtidos durante o processo de tomada de subsídios, a Adasa aprofundará os estudos que subsidiarão a elaboração de propostas de alterações na Resolução.

PLANEJAMENTO DA TOMADA DE SUBSÍDIOS

3. PLANEJAMENTO DA TOMADA DE SUBSÍDIOS

Na fase de planejamento do processo de revisão da Resolução nº 21/2016, foi prevista a necessidade de envolver os principais interessados ou agentes impactados.

O planejamento e a execução da tomada de subsídios contaram com a participação das equipes da Superintendência de Resíduos Sólidos - SRS e do Serviço de Relacionamento com o Usuário - SRU.

Na fase de planejamento foram realizadas reuniões de análise e planejamento entre as equipes dos dois setores, abordando, especialmente, dos seguintes aspectos e diretrizes a serem observados no processo:

I- a necessidade de adaptar a linguagem (linguagem simples) para torná-la acessível aos respondentes.

II- a importância de contextualizar as questões a serem apresentadas na tomada de subsídios presencial.

III- a importância da participação de três grupos essenciais nos workshops: representantes da sociedade civil organizada ou cidadãos, representantes dos órgãos ou instituições do Estado que podem utilizar ou fornecer dados sobre o serviço, e representantes dos prestadores dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal.

3.1 Mapeamento dos atores impactados pela Resolução nº 21/2016

O mapeamento dos principais atores impactados é um fator crítico de sucesso do processo de participação social na revisão da resolução. Para a fase de tomada de subsídios, foram mapeados os seguintes atores:

Quadro 1– Mapeamento dos atores interessados

Ordem	Instituições	Sigla
1	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal	Adasa
2	Associação Comunitária dos Moradores do Park Way	ACPW
3	Associação dos Engenheiros Ambientais do Distrito Federal	AEADF
4	Associação Pró-Moradia dos Funcionários do Banco do Brasil	AMOBB
5	Companhia Urbanizadora da Nova Capital	NOVACAP
6	Condomínio Estância Quintas da Alvorada	---
7	Condomínio Jardim Botânico VI	
8	Condomínio Lago	
9	Condomínio Solar de Brasília	
10	Conselho comunitário da Asa Sul	CCAS
11	Instituto Brasília Ambiental	IBRAM
12	Prefeitura SQN 215	
13	Profissional independente	
14	Recicla Mais Brasil	
15	Rede Alternativa	
16	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação	SEDUH
17	Secretaria de Estado de Meio Ambiente	SEMA
18	Secretaria de Estado de Obras	SO
19	Secretaria de Estado de Projetos Especiais	SEPE
20	Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística do Distrito Federal	DF Legal
21	Serviço de Limpeza Urbana	SLU
22	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal	Sinduscon
23	Sustentare Saneamento	
24	Universidade de Brasília	UnB
25	Universidade do Distrito Federal	UnDF

Fonte: Elaboração própria

Após a identificação dos atores, realizou-se a agregação das instituições nos seguintes grupos: academia, operadores, governo, conselhos e organizações, conforme figura abaixo.

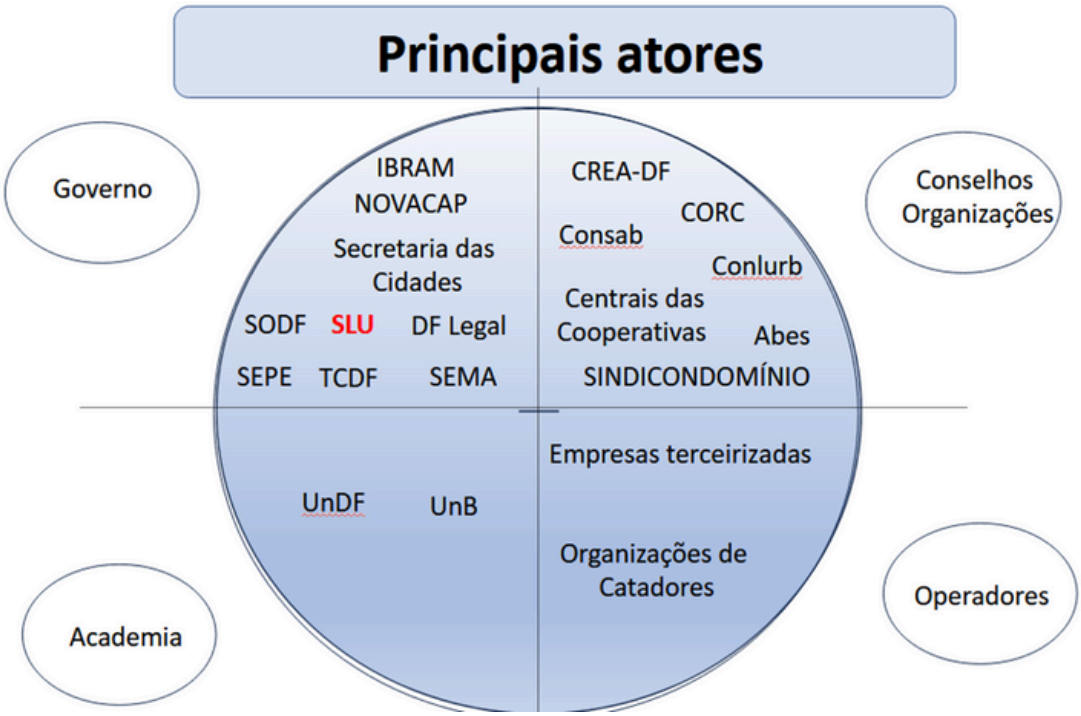


Figura 1 - Atores impactados
Fonte: Elaboração própria

Metodologia da Tomada de Subsídios

4. Metodologia da Tomada de Subsídios

A Tomada de Subsídios foi realizada por meio da elaboração de um questionário eletrônico e pela realização de workshops presenciais. A seguir, apresentamos informações detalhadas sobre cada uma dessas modalidades.

4.1 Formulário eletrônico

O formulário foi elaborado na plataforma Microsoft Forms e divulgado para que os interessados respondessem às questões formuladas pela Adasa.

Foram utilizadas as seguintes estratégias para a divulgação do questionário eletrônico:

I - publicação no site eletrônico da Adasa informando sobre a tomada de subsídios;
II - encaminhamento de mensagens em aplicativos de comunicação instantânea, com o link do questionário eletrônico; e
III - encaminhamento, via SEI, do questionário para as instituições mapeadas.

O formulário eletrônico foi disponibilizado no período de 04 de março a 11 de abril de 2024, para que os agentes interessados apresentassem suas percepções e contribuições para o aperfeiçoamento da regulação dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal. Nessa etapa, houve a participação efetiva de 29 respondentes.

As respostas ao questionário foram tabuladas, conforme resultados constantes no Anexo I deste relatório.

Os dados foram analisados e serão levados em consideração quando da elaboração das propostas de alterações da Resolução nº 21/2016.

4.2 Workshops presenciais

Foram realizados um total de 05 (cinco) eventos presenciais, conforme apresentado na Quadro 2.

Quadro 2 - Roteiro dos workshops

Data	Tema
25/04/2024	1. Coleta convencional
30/04/2024	2. Coleta Seletiva
06/05/2024	3. Coleta em condomínios horizontais
16/05/2024	4. Limpeza urbana
23/05/2024	5. Monitoramento e informações sobre os serviços e Comunicação social e atendimento ao usuário

Os workshops foram realizados observando-se o seguinte roteiro básico:

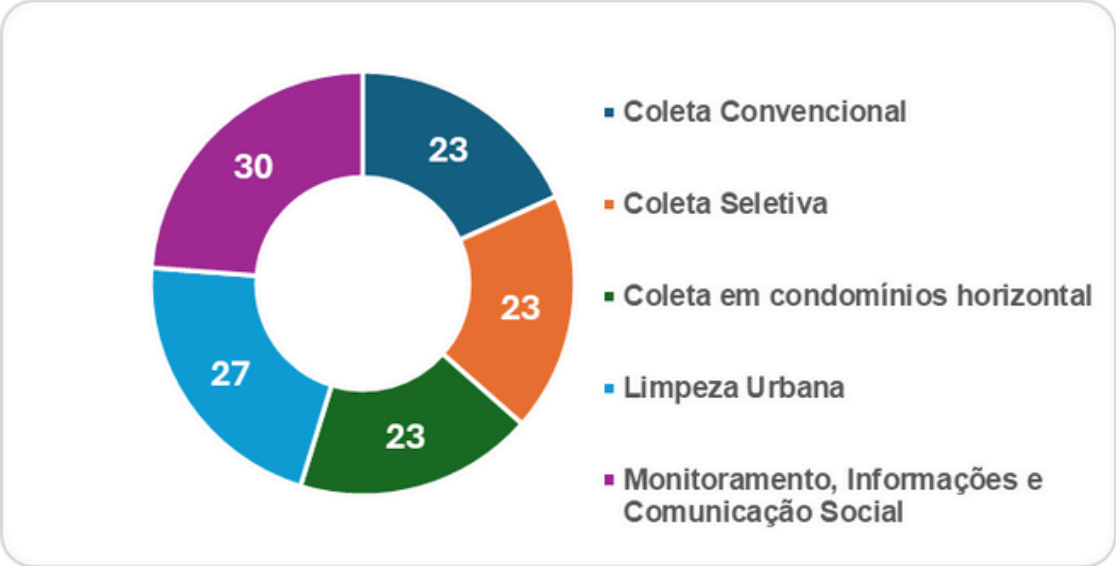
Quadro 3 - Roteiro dos Workshops

Atividade
1. Abertura do evento.
2. Apresentação das pessoas presentes no evento.
3. Apresentação do projeto de revisão da Resolução nº 21/2016, incluído uma visão geral da norma, o papel da Adasa, os objetivos do projeto e do tema do workshop.
4. Instruções sobre a dinâmica de construção e apresentação das propostas dos grupos, a saber: a) Divisão dos participantes em grupos para discussão de questões sobre o tema central objeto do evento; b) Diálogos entre os grupos para elaboração de propostas, em "rodadas", nas quais, em cada uma, era trabalhada uma questão sobre o tema do workshop. c) Em cada rodada, os grupos recebiam uma ficha com a questão a ser trabalhada, havendo o prazo de 20 minutos para dialogar e elaborar suas contribuições sobre a questão. d) Ao término de 20 minutos, as fichas preenchidas pelos grupos eram recolhidas, e entregava-se a ficha com a questão seguinte. e) Após a discussão de todas as questões pelos respectivos grupos, realizava-se a tabulação das contribuições apresentadas pelos grupos nas respectivas fichas.
5. Concluídas todas as rodadas, eram realizados apresentações e diálogos sobre cada uma das questões trabalhadas no dia.
6. Por fim, eram feitos os encaminhamentos, agradecimentos e encerramento do workshop.

As contribuições obtidas nos workshops, são as apresentadas no Anexo II deste relatório.

Os wokshops contaram com um total de 126 participantes, conforme observa-se nos dados apresentados na Figura 2.

Figura 2 - Número de Participantes nos wokshops



Fonte: Elaboração própria.

A relevante participação de interessados ou agentes impactados, tanto por meio de respostas ao questionário como pela presença nos workshops, evidencia o engajamento dos atores no processo de revisão da Resolução nº 21/2016, possibilitando que a Adasa alcançasse de forma satisfatória os objetivos pretendidos nesta etapa do processo de revisão da Resolução.

Resumo das Principais Contribuições Recebidas

5. Resumo das Principais Contribuições Recebidas

As contribuições recebidas via formulário eletrônico e workshops abordam temas diversos sobre os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. Muitas delas já estão contempladas na Resolução 21/2016 e as demais serão avaliadas no processo de revisão da norma.

A seguir destacamos as principais contribuições recebidas pelo preenchimento do formulário eletrônico e nos workshops presenciais, agrupadas por temas:

a) Acondicionamento de Resíduos

- Recipientes: Recomenda-se que os recipientes para resíduos tenham altura e design adequados para impedir o acesso de animais, como cães, gatos e roedores. ·
- Responsabilidade dos geradores e fiscalização: Reforça-se a responsabilidade dos geradores pela separação e acondicionamento correto dos resíduos e a necessidade de maior fiscalização, especialmente para os grandes geradores, os quais não são atendidos pelo SLU, mas sim por empresas privadas contratadas por esses geradores.

b) Coleta Seletiva

- Segregação de resíduos: Necessidade de campanhas que demonstrem os benefícios da separação, como geração de renda, quantidade de famílias envolvidas e impactadas.
- Coletas duplicadas: Sugere-se evitar a sobreposição de sistemas de coleta, como porta a porta e papa-lixo. Sugere-se horários diferenciados para coleta seletiva e convencional, com o objetivo de aumentar a eficiência, reduzir custos e minimizar a poluição.

c) Educação Ambiental e Comunicação

- Campanhas e parcerias: Propõe-se que a SEMA compartilhe a responsabilidade das campanhas de sensibilização social com o SLU, ampliando o alcance. Recomenda-se um foco especial na "Geração Z", com o uso de plataformas digitais modernas, como aplicativos que permitam o registro georreferenciado de problemas.

- Integração e padronização: Sugere-se campanhas de conscientização e a padronização de cores e modelos de contêineres e lixeiras para cada tipo de resíduo.
- Parcerias locais com escolas e empresas também são recomendadas.

d) Contêineres Semienterrados ou Papa-lixo

- Uso e localização: Recomenda-se limitar o uso de contêineres semienterrados a áreas de difícil acesso, além da inclusão de mecanismos digitais que facilitem o monitoramento e o diagnóstico do seu uso.
- Duplicidade de coleta: A coleta duplicada (porta a porta e ponto a ponto) acarreta custos extras e impacto ambiental. Sugere-se uma avaliação para otimizar essa logística.

e) Cooperativas e Coleta Seletiva

- Saúde pública e controle: A coleta domiciliar por cooperativas em condomínios horizontais exige cuidados extras com a rastreabilidade dos resíduos até a destinação final.
- Conscientização e separação: Destacam-se a conscientização da população e os problemas causados por catadores avulsos, que frequentemente coletam os resíduos previamente separados, fora do sistema da coleta seletiva.

f) Fiscalização e Controle de Resíduos Irregulares

- Pontos de descarte irregular: Sugere-se campanhas de fiscalização intensiva, com o uso de câmeras e drones para monitorar pontos de descarte irregular e a integração com pequenos transportadores, como alternativa de frete acessível para o descarte adequado.
- Integração com órgãos de fiscalização: Propõe-se que o DF Legal, SEMA, IBRAM, e demais órgãos fiscalizadores atuem em conjunto com o SLU para acabar com o descarte irregular.

g) Resíduos de Varrição de ruas e de Feiras

- Gestão dos resíduos: Recomenda-se que os resíduos de varrição sejam coletados em até quatro horas após o serviço, conforme definido pela Resolução.
- Para resíduos de feiras, sugere-se um sistema de coleta exclusivo para aproveitamento dos resíduos orgânicos na compostagem.

h) Limpeza de Bueiros e Boas Práticas

- Manutenção e educação: Sugere-se o aumento da frequência de limpeza e a integração entre os órgãos que realizam varrição e capina com aqueles responsáveis pela limpeza dos bueiros.
- Conscientização: A educação da população é essencial para reduzir a quantidade de resíduos despejados nas vias públicas.

i) Resíduos de Poda

- Definição de responsabilidade: Propõe-se uma definição normativa sobre a responsabilidade pela destinação de resíduos de poda em áreas residenciais, considerando a pressão de moradores para que o SLU assuma a coleta em locais como Park Way e Jardim Botânico.

j) Valorização Energética

- Geração de energia: Propõe-se o desenvolvimento de sistemas de geração de energia com a utilização de resíduos sólidos.

Considerações Finais

6. Considerações Finais

Este relatório documenta as etapas de planejamento, execução e divulgação dos resultados da Tomada de Subsídios.

O aprimoramento dos instrumentos regulatórios requer um processo participativo e transparente, baseado no diálogo com as partes interessadas ou agentes impactados.

Por meio da Tomada de Subsídios, a Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa) obteve informações da sociedade e dos agentes regulados, sobre:

a) principais problemas relacionados aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no DF;

b) alternativas de intervenções regulatórias que poderiam ser utilizadas para sanar ou minimizar determinados problemas; e

c) avaliação da efetividade ou pertinência de alguns dispositivos vigentes da Resolução nº 21/2016.

As informações obtidas constituem subsídios fundamentais para a etapa de elaboração de propostas de alteração ou complementação dos dispositivos da Resolução nº 21/2016, visando atender às necessidades atuais do Distrito Federal e às legislações vigentes, em especial a Norma de Referência nº 07/2024 da ANA.

ANEXO I – RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DA TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016

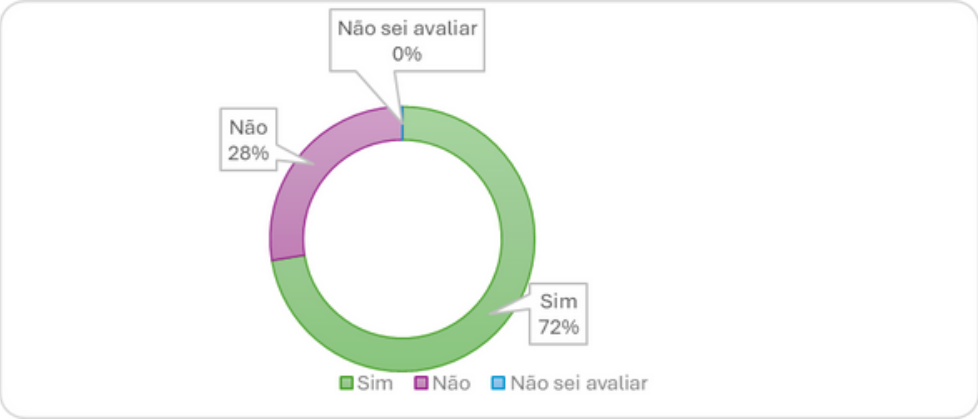
ANEXO I – RESPOSTAS AO QUESTIONÁRIO DA TOMADA DE SUBSÍDIOS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016

As questões de 1 a 3 referem-se à identificação dos participantes e instituições respondentes.

Apresentamos a seguir o resultado compilado das respostas a partir da questão 4 do formulário eletrônico utilizado.

Questão 4 - Para o serviço de coleta de resíduos executado pelo SLU no período DIURNO, realizado na modalidade PORTA A PORTA (na frente de cada residência), os usuários devem dispor seus resíduos para coleta em até 2h (duas horas) antes do horário previsto pelo SLU para coleta. Você considera este prazo adequado?

Figura 1. Respostas referentes à questão 4 do formulário eletrônico



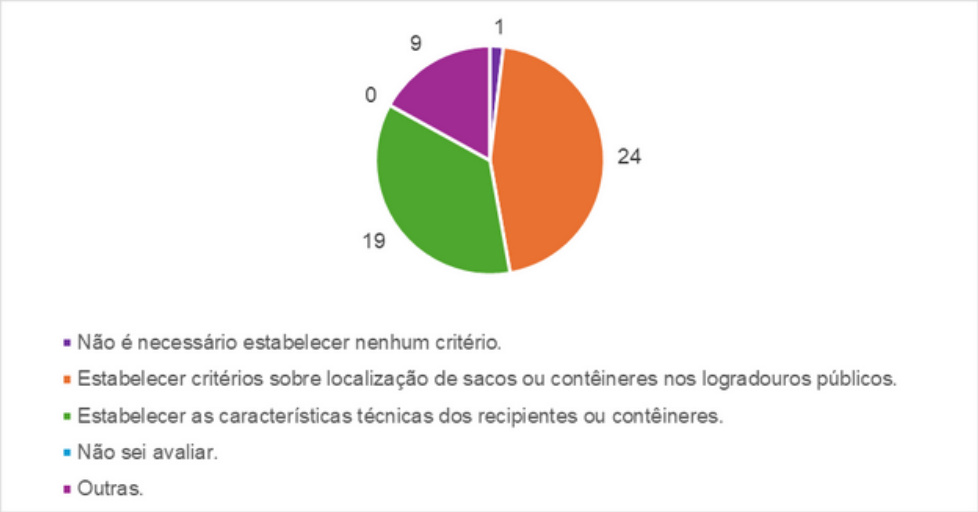
Questão 5 – Caso a resposta da questão 04 seja “NÃO”, qual prazo você sugere?

Quadro 1 – Respostas complementares à questão 4 do formulário eletrônico

Ordem	Resposta
1	Se for lixo comum sugiro 4 h porque eu coloco as 7h quando saio para o trabalho e sei que o caminhão passa as 11h. Se for 2h eu nunca vou poder colocar no horário correto. Para recicláveis também o tempo de 4h antes.
2	24H.
3	30 minutos.
4	O SLU apenas informa em seu site os períodos da coleta convencional: matutino (07:00 – 15:20) e noturno (19:00 – 03:20), não ficando clara a informação para o cidadão buscar cumprir o prazo de 2 horas antes. As coletas seletivas inclusivas têm horários diferenciados em cada contratação das cooperativas, também não ficando claro par a população os horários de coleta.
5	O horário previsto para coleta do SLU é uma janela de 8h, na manhã ou tarde. E nem sempre o caminhão passa no mesmo horário. Para quem tem coleta diurna, coloca o resíduo antes de sair para o trabalho, uma 6h da manhã. Mas pode ser que o caminhão passe 15h. Então varia muito. Acho que pode colocar que a pessoa tem que colocar no início do turno da coleta.
6	A pergunta deveria ser formulada melhor, especificando-se o tipo de resíduo que está sendo coletado na modalidade “Porta a Porta”. Faltou especificar claramente se são resíduos da coleta indiferenciada (resíduos domiciliares misturados, sem coleta seletiva) ou da coleta seletiva (materiais recicláveis). Isso porque a característica peculiar de cada um destes resíduos influencia diretamente a definição do prazo mais adequado não só para disposição dos resíduos na porta da residência, como também a frequência da coleta porta-a-porta. Resíduos recicláveis devem ser coletados 1 vez por semana, quando muito 2 vezes por semana. Assim, do ponto de vista eminentemente técnico, consideramos que para a coleta de resíduos domiciliares e afins, o prazo de 2 horas antes do horário de coleta é um parâmetro adequado, enquanto para coleta de resíduos da coleta seletiva poderia haver uma tolerância um pouco maior. Todavia, na realidade operacional e do cotidiano, tal prazo somente será cumprido nos casos da facilidade da presença de pessoa na residência nesta faixa de horário antes da coleta, pois senão, certamente, será antecipado o horário de colocar os resíduos acondicionado no local de coleta. Entendemos que tal determinação de horário, na prática, será entendida mais como um referencial, pois as pessoas não colocarão o lixo par a coleta noturna as 00:00hs, nos locais onde o caminhão só passará as 02:00hs. Nestes casos, deveria especificar que os resíduos deveriam ser disponibilizados até as 20h. Da mesma forma, estabelecimentos comerciais (pequeno gerador), por exemplo, só terão como deixar o lixo acondicionado no local de coleta no seu horário de funcionamento. Em suma, o estabelecimento de horário para colocar o lixo acondicionado no local de coleta é necessário para, principalmente, restringir o seu tempo de exposição nos logradouros (degradação estética, emanação de odores e atração de animais/vetores), com pressuposto que para atendimento desse prazo, o SLU deve disponibilizar informações precisas do horário que a equipe de coleta irá atender determinada região (período do início da coleta e fim em cada região estimados).

Questão 6 – Quais critérios sobre recipientes de acondicionamento e sobre disponibilização de resíduos domiciliares para coleta pelo SLU devem ser estabelecidos em norma de regulação da Adasa?

Figura 2 – Respostas referentes à questão 6 do formulário eletrônico



Questão 7 – Caso tenha marcado a alternativa "OUTRAS" na questão 06, informe aqui quais são suas sugestões.

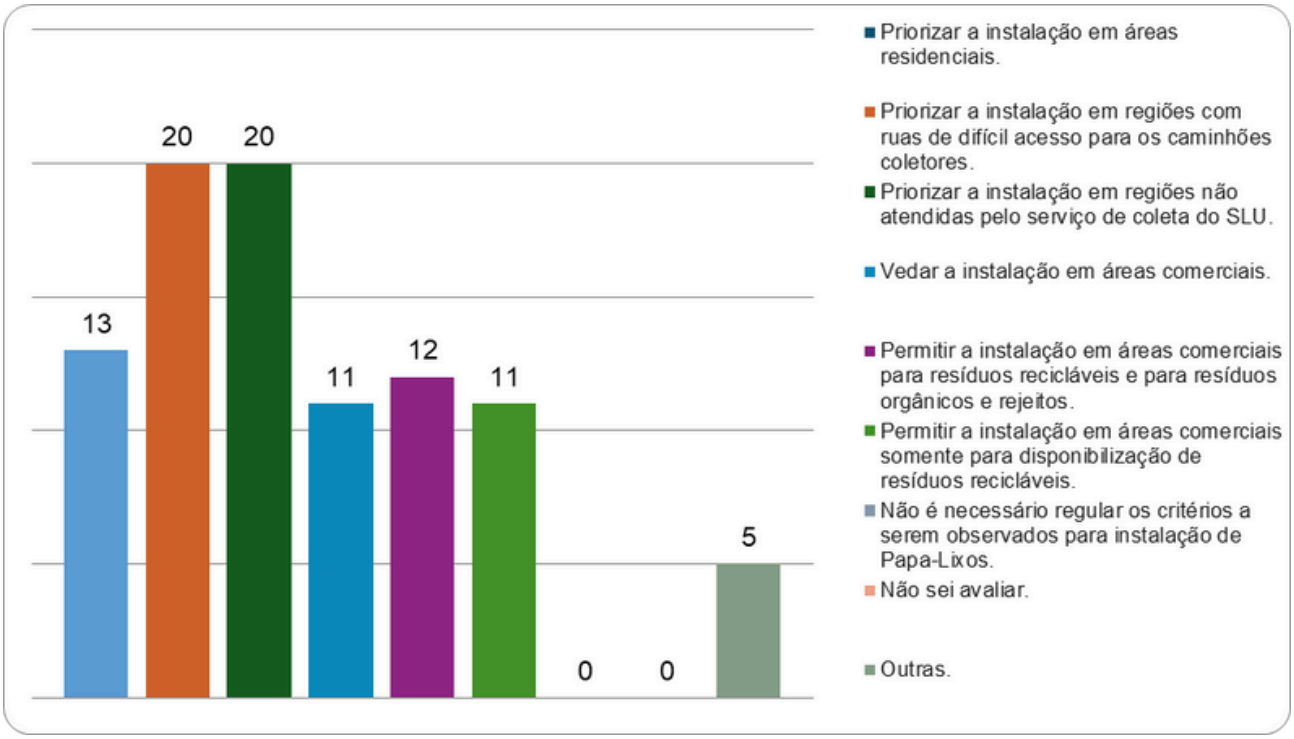
Quadro 2 – Respostas complementares à questão 6 do formulário eletrônico

Ordem	Resposta
1	Percebo que os recipientes precisam ter altura suficiente para inibir animais como cães e gatos; precisam ter o fundo fechado para acondicionar melhor os sacos e gladiador em volta para a ventilação ou fechado mesmo.
2	Dar preferência para recipientes de plástico, em função da diminuição dos ruídos no momento da coleta.
3	É importante estabelecer um critério de quantitativo mínimo de contêineres por habitantes, ou outra métrica que se considere adequada. Hoje em edifícios altos há uma infinidade de contêineres dispostos na rua, sem regulação da forma de disposição deles, pois não foi previsto espaço no interior do edifício para acondicionamento.
4	Os recipientes poderiam ser enterrados, no modelo que acontece em Portugal.
5	Acredito que poderia ser previsto um leiaute básico considerando altura do recipiente para dificultar acesso de roedores e outros animais de pequeno e grande porte.

6	Educação ambiental.
7	Os recipientes não devem ser fixados à calçada a ponto de transtornar o livre fluxo dos PNEs.
8	Definir como um dos princípios que o contêiner deve ficar próximo a fonte geradora, com vista a minimizar desentendimento entre usuários quando o proprietário posiciona o contêiner afastado de sua unidade. Redefinir cores dos contêineres para padronizar com demais legislações (usuário e grande gerador).
9	Existem alguns tipos de compartimentos construídos em alvenaria, por exemplo, para deposição de resíduo domiciliar para coleta, para atender unidades multifamiliares em algumas localidades fora do Plano Piloto, que causam grande degradação estético-visual, além de impactos sanitários (mal cheiro, atração de moscas e outros vetores), carecendo de legislação mais efetiva para coibir tais práticas. Da mesma forma, contêineres metálicos em precário estado de conservação/manutenção são avistados em diversas localidades, havendo que se buscar mecanismos que revertam tal cenário, até porque estas práticas inadequadas acabam por promover atrasos nos serviços de coleta e aumento nos custos dos serviços.

Questão 8 – O SLU está instalando contêineres semienterrados (Papa-Lixos) em diversos locais do Distrito Federal, para serem utilizados para disposição de resíduos. Atualmente, os critérios a serem observados para a instalação desses equipamentos não se encontram regulados pela Adasa. Dos critérios abaixo, quais devem constar em norma de regulação?

Figura 3 – Respostas referentes à questão 8 do formulário eletrônico



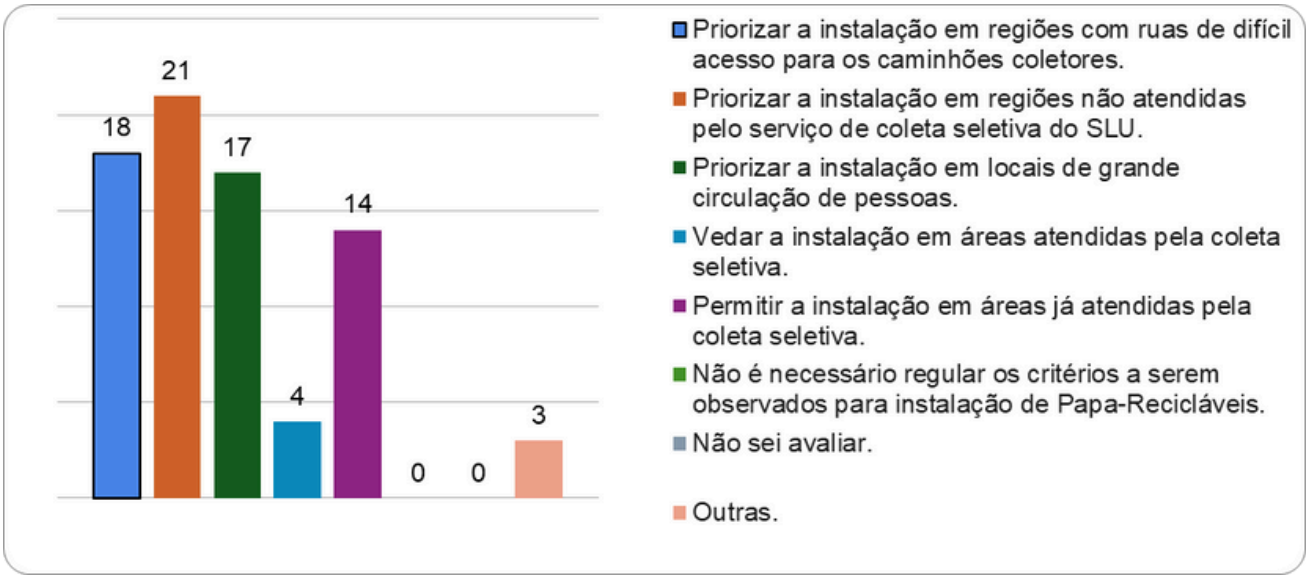
Questão 9 – Caso tenha marcado a alternativa “OUTRAS” na questão 08, informe aqui quais são suas sugestões

Quadro 3 – Respostas complementares à questão 8 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Orientação aos usuários, de forma exaustiva sobre as vantagens do sistema e sobre a responsabilidade do cidadão.
2	Evitar sobrepor coletas do mesmo resíduo (seletivo ou convencional) com duas modalidades (coleta de contêiner de superfície e semienterrados).
3	O PAPA-LIXO da forma atualmente realizada pelo SLU é uma aberração. Inverte a lógica da PNRS de que o USUÁRIO é responsável pelo acondicionamento do seu resíduo. Ao instalar tantos papa-lixos, essa responsabilidade passa ao SLU, pois é ele que escolhe e opera os equipamentos. Além disso, como não é colocado na porta de ninguém, as pessoas não se preocupam em deixar o equipamento limpo e jogar lixo apenas dentro dele e assim criam lixões em volta do equipamento. Ele deveria ser legado a áreas de difícil acesso e mais periféricas, onde o caminhão tem dificuldade de acessar.
4	Dimensionar o papa-lixo com base na demanda local, evitando que os resíduos sejam alocados de forma excedente ao recipiente; - Escolher pontos estratégicos de posicionamento (pontos de grande fluxo de moradores e fácil estacionamento).

Questão 10 – O SLU está instalando Locais de Entrega Voluntária (Papa-Recicláveis) em diversos locais do Distrito Federal. Atualmente, os critérios a serem observados para a instalação desses equipamentos não se encontram regulados pela Adasa. Dos critérios abaixo quais devem constar em norma de regulação?

Figura 4 – Respostas referentes à questão 10 do formulário eletrônico



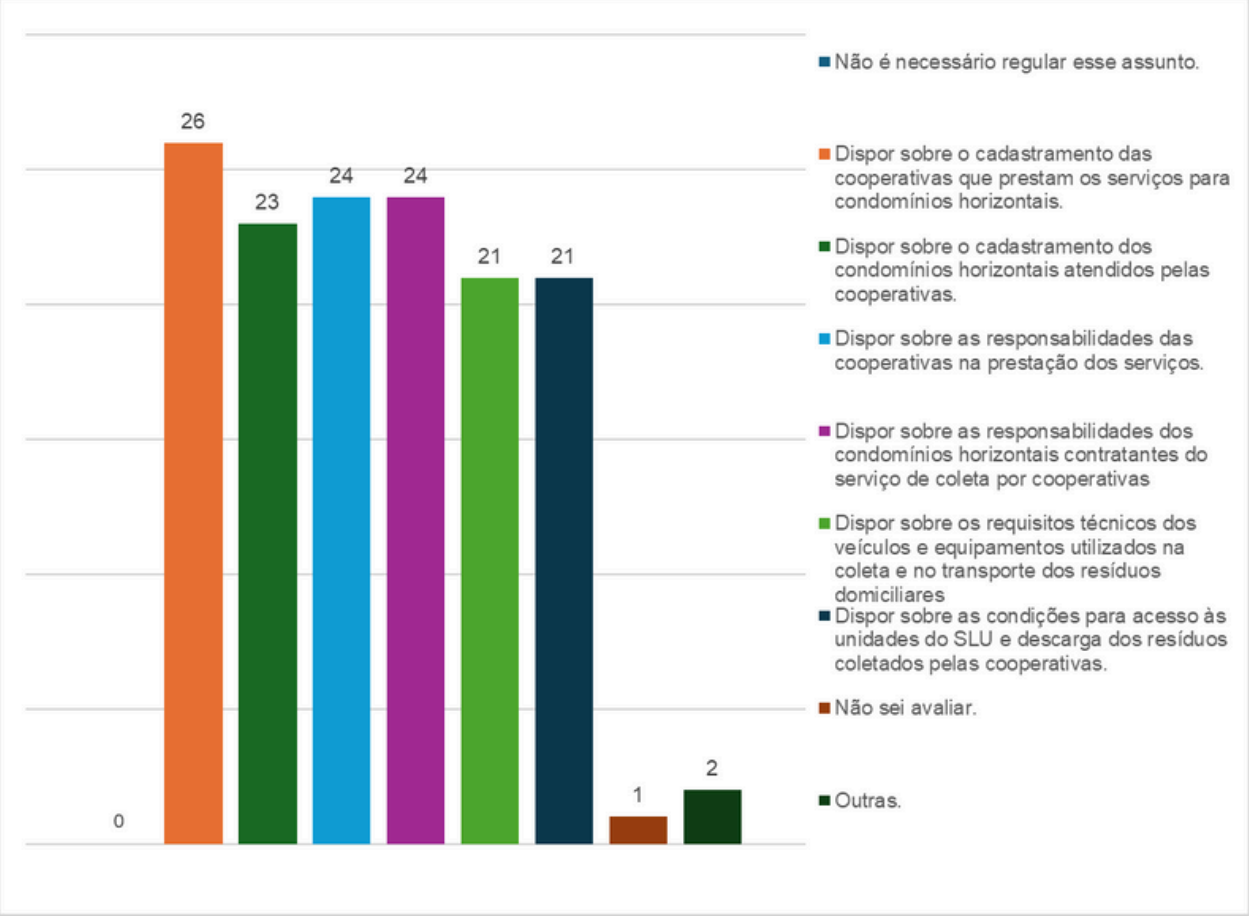
Questão 11 – Caso tenha marcado a alternativa “OUTRAS” na questão 10, informe aqui quais são suas sugestões.

Quadro 4 – Respostas complementares à questão 10 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Quanto mais locais, melhor.
2	Informar a população quanto a movimentação de papa-reciclável, apresentando o motivo e data de retorno, ou quanto a retirada definitiva para localização em outro local.

Questão 12 - A Lei Distrital nº 6.615/2020 autorizou a prestação de serviços de coleta de resíduos domiciliares por cooperativas de catadores em condomínios horizontais. Sobre esse assunto, quais aspectos devem ser tratados em norma de regulação?

Figura 5 – Respostas referentes à questão 12 do formulário eletrônico



Questão 13 - Caso tenha marcado a alternativa “OUTRAS” na questão 12, informe aqui quais são suas sugestões.

Quadro 5 – Respostas complementares à questão 12 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Informar os condomínios, desde já, dessa modalidade de prestação de serviços para que os síndicos tratem desse assunto nas suas assembleias.
2	Ao contrário da coleta seletiva, onde estas cooperativas mais comumente atuam, a coleta de resíduos sólidos do tipo domiciliar é uma atividade fortemente vinculada a questão da saúde pública, havendo que se cercar de todos os cuidados para evitar a prestação do serviço de forma inadequada, bem como manter o controle da rastreabilidade dos resíduos até o local de destino licenciado.

Questão 14 - Quais aspectos sobre a coleta seletiva podem ser aperfeiçoados?

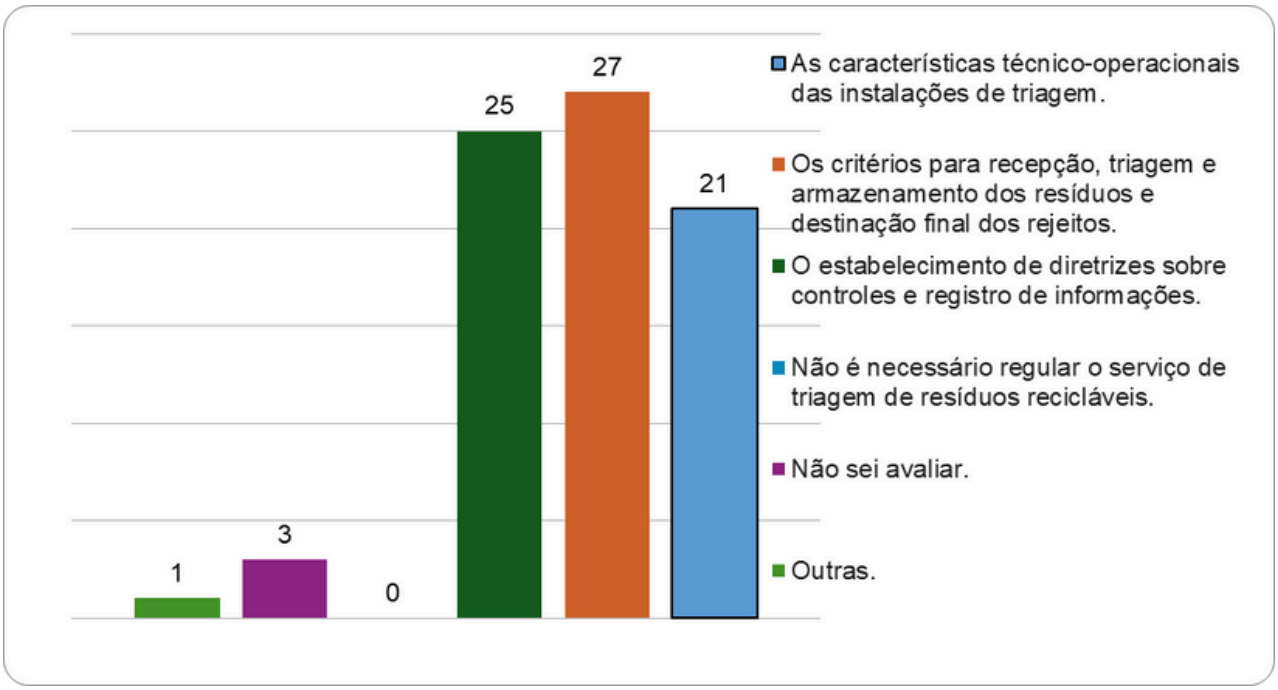
Quadro 6 – Respostas à questão 14 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Educação Ambiental, publicidade de papa lixos e papa entulhos.
2	Locais de fácil acesso para o descarte.
3	Talvez seja necessário entender para pensar melhor como essa coleta ocorre nos edifícios. Percebo que nos condomínios verticais, por mais que o morador separe, em algum momento os recicláveis são levados junto com o rejeito.
4	Questões relacionadas à conscientização da população na separação dos resíduos e problemas com catadores avulsos.
5	Incentivo de entrega voluntária em diversos pontos das cidades.
6	Educação ambiental, para a população triar na origem, muitas pessoas não sabem a diferença entre as diversas definições técnicas das classes de resíduos.

7	Propaganda.
8	Fiscalização da qualidade do material dispostos pelos geradores.
9	Divulgação e educação ambiental. Implementar notificação caso a regra não seja obedecida.
10	Fornecimento de mais informações à população da importância da separação dos resíduos e ampliação da coleta seletiva, considerando a alta porcentagem de resíduos recicláveis que vão para o aterro sanitário.
11	O cumprimento rigoroso da escala (dia/hora) da coleta.
12	Realizar campanha em massa (todos os meios de comunicação), fiscalizar condomínios verticais e horizontais e demais locais. Há no DF, no plano, muito catadores informais, nos quais retiram dos containers os materiais de valor e o restante dos resíduos ficam espalhados na rua, gerando transtorno para condomínios principalmente.
13	Orientar as pessoas sobre o que é efetivamente reciclável ou não.
14	Coleta seletiva seja mais bem divulgada; e publicado os dias e horários da coleta seletiva e que seja utilizada pelas cores respectivas.
15	A COMUNICAÇÃO. Grande parte das pessoas não sabe que o serviço existe.
16	Utilização de sacos não só azuis, mas verdes e transparentes.
17	Conscientização para adesão - Melhor difusão das informações sobre a separação e acondicionamento - Incentivos para aqueles que realizarem a separação.
18	A questão educacional da população e o exemplo dado na gestão dos resíduos pelos órgãos públicos.

Questão 15 - Quais aspectos sobre a triagem de resíduos recicláveis devem ser abordados em norma de regulação?

Figura 6 – Respostas referentes à questão 15 do formulário eletrônico



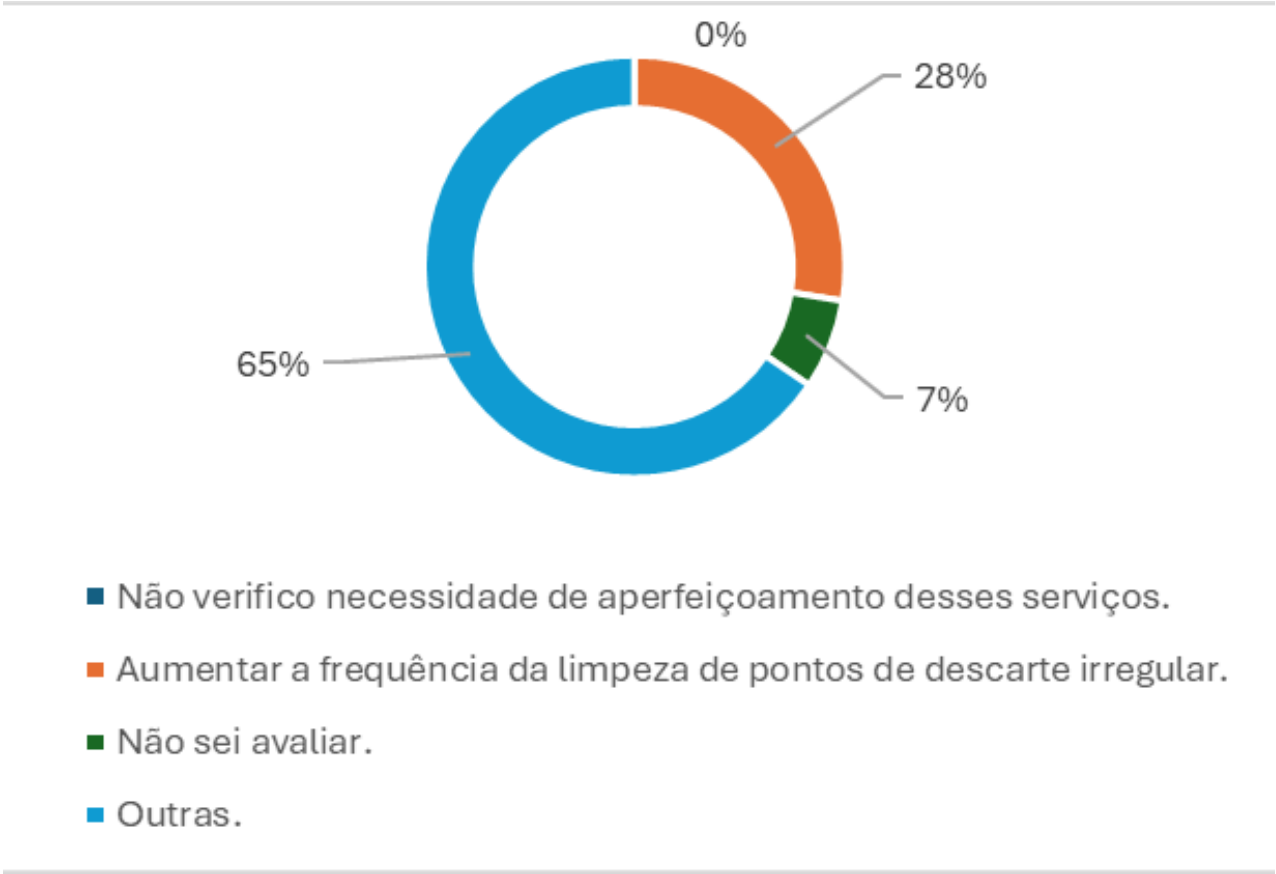
Questão 16 - Caso tenha marcado a alternativa “OUTRAS” na questão 15, informe aqui quais são suas sugestões.

Quadro 7 – Respostas complementares à questão 15 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	O incentivo à criação de novas cooperativas de coleta.
2	Tem que estabelecer para o SLU normas para que seja feito o acondicionamento adequado dos resíduos recicláveis.

Questão 17 - O SLU realiza a limpeza e coleta de entulhos lançados irregularmente em vias e logradouros públicos. Na sua avaliação, o que pode ser aperfeiçoado no planejamento e/ou operação em relação a desses serviços?

Figura 7 – Respostas referentes à questão 17 do formulário eletrônico



Questão 18 - Caso tenha marcado a alternativa “OUTRAS” na questão 17, informe aqui quais são suas sugestões.

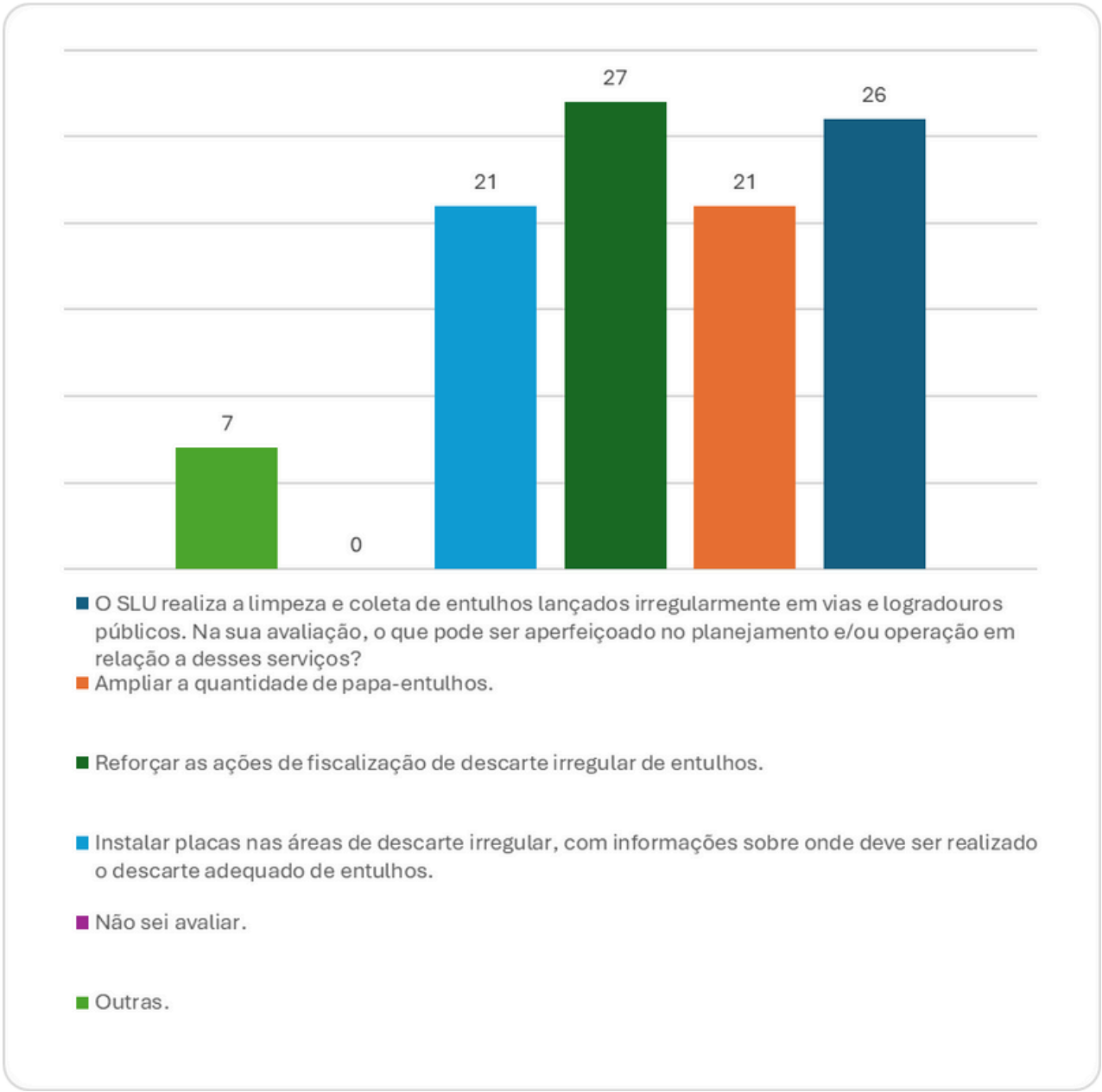
Quadro 8 – Respostas complementares à questão 17 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Disponibilizar a comunidade mais Pontos de Entrega Voluntaria (PEV) de forma que ofereça opções que incentivem o descarte correto de seus resíduos.
2	Aumento da fiscalização nessas áreas.
3	Fiscalização e sanção.
4	Nos locais de descarte irregular criar mecanismos que impeçam novos descendentes, isso hoje é enxugar gelo pois se faz a limpeza e não um trabalho que faça o descarte irregular nesses pontos cessem.
5	os papa-entulhos não funcionam porque estão sendo colocados em áreas não acessíveis. Sugiro que os órgãos envolvidos SLU, ADASA, SEDUH, SEMA....discutam sobre a dinâmica da situação. É preciso estudar os locais de descarte irregular, ver a dinâmica da cidade e colocar soluções móveis, ou seja, se eu todo mês tiro toneladas de entulho de uma área vazia, porque o estado não coloca o container para que o entulho seja recolhido sem poluir o ambiente. Não adianta destinar locais para o descarte, pois o carroceiro ou o cidadão vai descartar onde ele já entendeu que o estado recolhe.
6	o mapeamento do serviço é necessário para que os pontos de descarte sejam acompanhados no que diz respeito ao aumento ou diminuição.
7	é importante um monitoramento mais efetivo das áreas de descarte irregular para coibir essa prática. Penso que aumentar a frequência incentiva o descarte.
8	Informar e Incentivar os produtores de resíduos da construção civil a descartar nos lugares adequados através da mídia.
9	O SLU deve parar de fazer o trabalho de ocultação de provas de nítido crime ambiental de poluição ambiental, o DF LEGAL, SEMA, IBRAM, PMDF, PCDF, entre outros devem atuar coercitivamente para multar e obrigar a remoção de qualquer desova ilegal de material em passeios públicos. Hoje o SLU retira o material, muitas vezes no mesmo dia, e com isso passa a mão na cabeça do infrator, uma vez que o SLU não tem poder de polícia e os órgãos que possuem poder são omissos.

10	Disponibilização de coleta de volumosos.
11	Acredito que poderia ser aberto debates públicos específicos para o tema, envolvendo todos os atores envolvidos.
12	Divulgação por meio de educação ambiental direta.
13	mais disposição de lixeiras nas ruas.
14	A imputação de penalidades severas aos lançadores de entulho em vias públicas.
15	Fiscalizar, aumentar o corpo técnico de fiscal.
16	Divulgação de mapa de pontos viciados por RA ("ranking"). Buscar meios de fiscalização com câmeras fixas nos maiores pontos ou drone.
17	Esse é o serviço que deve ser DESINCENTIVADO. A frequência tem que abaixar, e os resíduos têm que sair dos pontos de descarte e ir para o Papa Entulho.
18	Caso ainda não haja, estabelecer canal de comunicação com órgãos responsáveis para coibir o descarte ilegal de entulho.
19	Atividade de conscientização sobre o descarte irregular; - Fiscalização mais ativa, pelos órgãos responsáveis, da ação de descarte irregular, principalmente quando realizado por empresas/comércios; - Cercamento ou reaproveitamento da área pública desocupada, visando inibir o seu uso para descarte irregular.
20	Essencial o aumento na fiscalização dos pontos mais utilizados para descarte irregular, com autuação dos responsáveis, uma vez que normalmente são as mesmas pessoas que realizam o descarte nesses locais. Promover campanhas mais efetivas junto à população, visando minimizar tais práticas inadequadas.

Questão 19 - Quais ações você entende que podem ser adotadas para reduzir a quantidade de entulhos depositados irregularmente em vias e logradouros públicos?

Figura 8 – Respostas referentes à questão 19 do formulário eletrônico



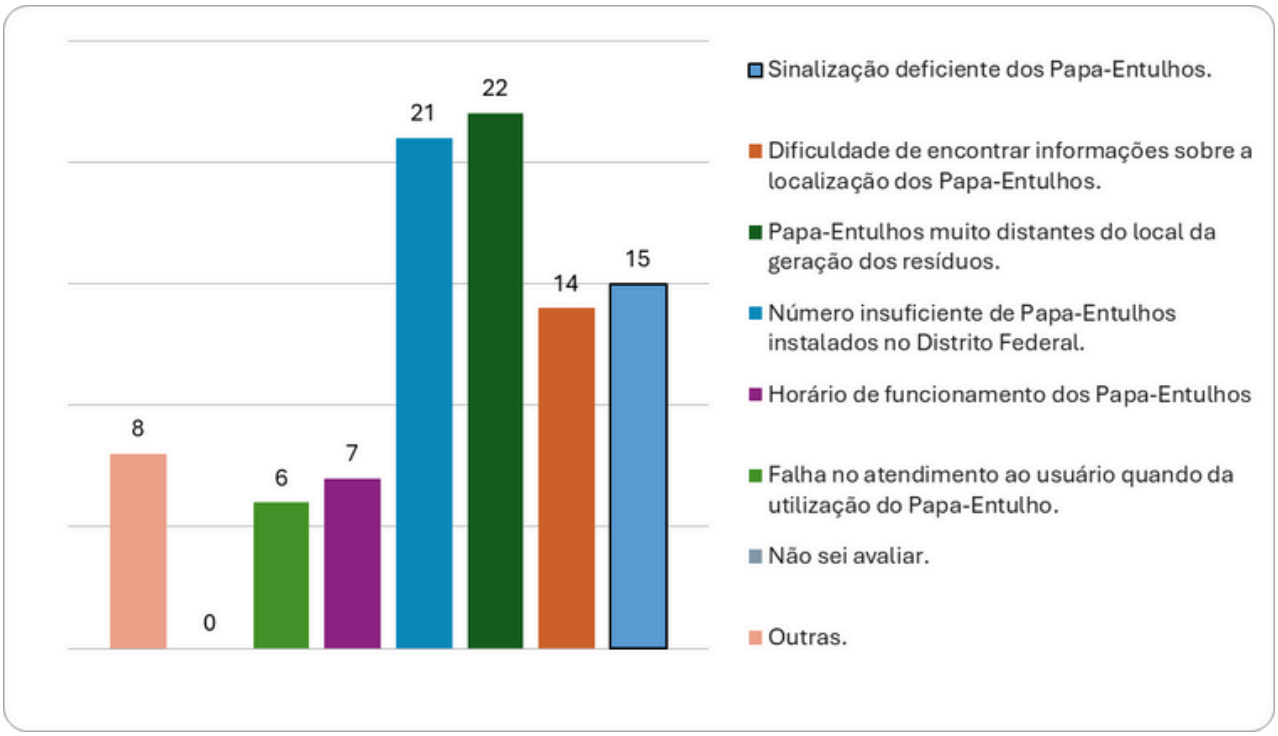
Questão 20 - Caso tenha marcado a alternativa “OUTRAS” na questão 19, informe aqui quais são suas sugestões.

Quadro 9 – Respostas complementares à questão 19 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Implementar medida sancionatória após fiscalização.
2	Contribuição na questão 15.
3	O volume de resíduos de coleta mecanizada do efetuados pelo SLU nas RA onde foram implantados Papa-entulho, até agora, não apresentaram redução significativa no descarte irregular. O que leva a crer que que o descarte é feito por grandes geradores, que não se beneficiariam com o papa entulho, ou por pessoas que desconhecem o serviço do Papa entulho. Em ambos os casos, a solução seria fiscalização mais contundente nesses pontos de descarte irregular, seja para multar os grandes geradores ou para educar os pequenos geradores sobre a existência do PEV.
4	Exigir que os órgãos que emitem a licença para construção e reforma também divulguem as normas de descarte dos resíduos da construção civil.
5	O ato já criminalização na esfera civil, além de sanções administrativas e civis, basta apenas o GDF querer atuar para coibir tais atos, algo que não ocorre, uma vez que o SLU recolhe os resíduos o problema simplesmente "desaparece".
6	Permitir a fiscalização pelo SLU.
7	Planejamento de ações de fiscalização nos pontos viciados que o SLU realiza coletas periódicas. Intensificar campanha de educação ambiental próximo aos pontos viciados, informando como o cidadão pode denunciar o descarte irregular.
8	Integrar pequenos transportadores aos PEVs. Para que as pessoas tenham acesso a um serviço barato de frete que leve os resíduos aos Papa Entulhos.
9	Cercamento ou reaproveitamento da área pública desocupada, visando inibir o seu uso para descarte irregular. Obs.: Ampliação marcada refere-se às RA's sem papa entulhos.

Questão 21 - Os Pontos de Entrega Voluntária (Papa-Entulhos) destinam-se a receber pequenos volumes de resíduos da construção civil, resíduos volumosos, restos de podas, recicláveis e óleo de cozinha. Quais fatores dificultam a utilização dos Papa-Entulhos pela população?

Figura 9 – Respostas referentes à questão 21 do formulário eletrônico



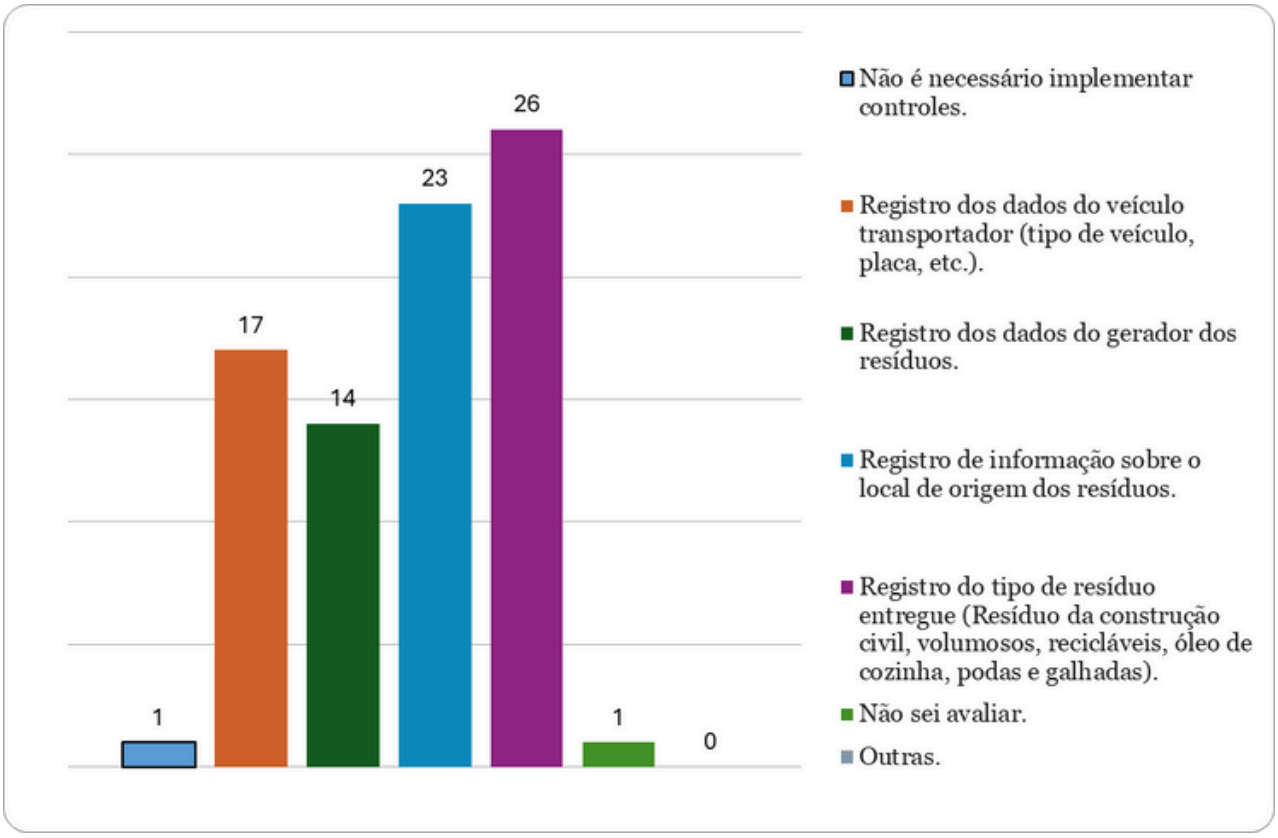
Questão 22- Caso tenha marcado a alternativa “OUTRAS” na questão 21, informe aqui quais são suas sugestões.

Quadro 10 – Respostas complementares à questão 21 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Implementar medida sancionatória após fiscalização.
2	O volume de resíduos de coleta mecanizada do efetuados pelo SLU nas RA onde foram implantados Papa-entulho, até agora, não apresentaram redução significativa no descarte irregular. O que leva a crer que que o descarte é feito por grandes geradores, que não se beneficiariam com o papa entulho, ou por pessoas que desconhecem o serviço do Papa entulho. Em ambos os casos, a solução seria fiscalização mais contundente nesses pontos de descarte irregular, seja para multar os grandes geradores ou para educar os pequenos geradores sobre a existência do PEV.
3	Exigir que os órgãos que emitem a licença para construção e reforma também divulguem as normas de descarte dos resíduos da construção civil.
4	O ato já criminalização na esfera civil, além de sanções administrativas e civis, basta apenas o GDF querer atuar para coibir tais atos, algo que não ocorre, uma vez que o SLU recolhe os resíduos o problema simplesmente "desaparece".
5	Permitir a fiscalização pelo SLU.
6	Planejamento de ações de fiscalização nos pontos viciados que o SLU realiza coletas periódicas. Intensificar campanha de educação ambiental próximo aos pontos viciados, informando como o cidadão pode denunciar o descarte irregular.
7	Integrar pequenos transportadores aos PEVs. Para que as pessoas tenham. Acesso a um serviço barato de frete que leve os resíduos aos Papa Entulhos.
8	Cercamento ou reaproveitamento da área pública desocupada, visando inibir o seu uso para descarte irregular. Obs.: Ampliação marcada refere-se às RA's sem papa entulhos.

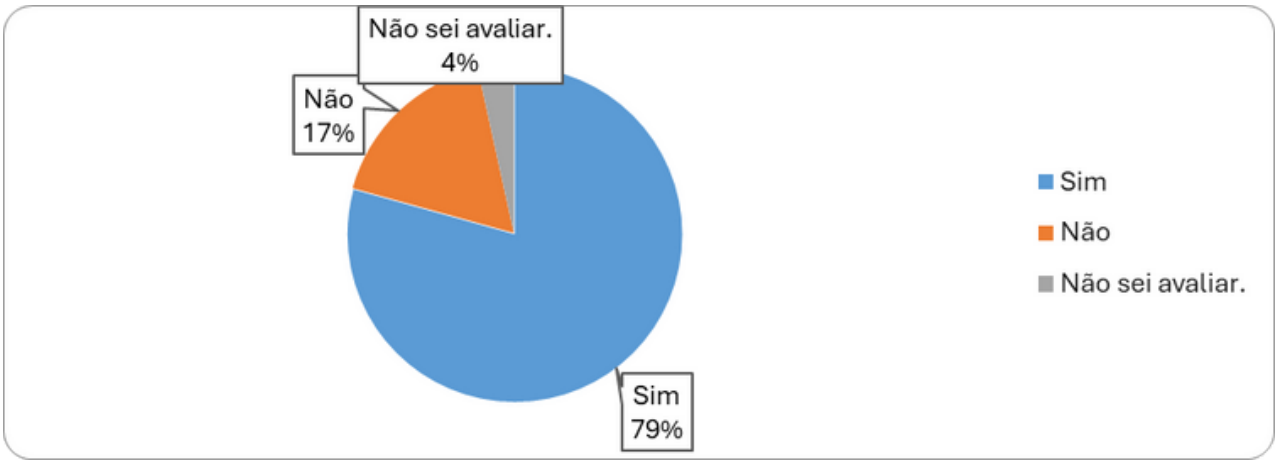
Questão 23- Na sua avaliação, quais controles devem ser realizados pelo SLU em relação ao acesso e o uso dos Pontos de Entrega Voluntária (Papa-Entulho)?

Figura 10 – Respostas referentes à questão 23 do formulário eletrônico



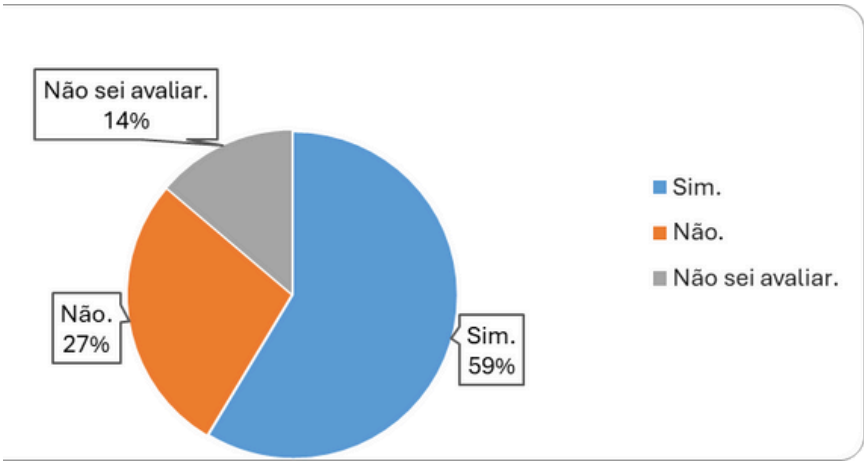
Questão 25- Você considera importante que o SLU disponibilize a relação e os contatos dos transportadores de pequeno volume de resíduos da construção civil, a fim de que esses possam ser contactados pela população para levar seus resíduos ao Papa-Entulho?

Figura 11 – Respostas referentes à questão 25 do formulário eletrônico



Questão 26- Atualmente, os resíduos coletados no serviço de varrição devem ser recolhidos no prazo máximo de 4h (quatro horas), a contar do encerramento das atividades de cada equipe de varrição. Na sua avaliação, este prazo é adequado e viável?

Figura 12 – Respostas referentes à questão 26 do formulário eletrônico



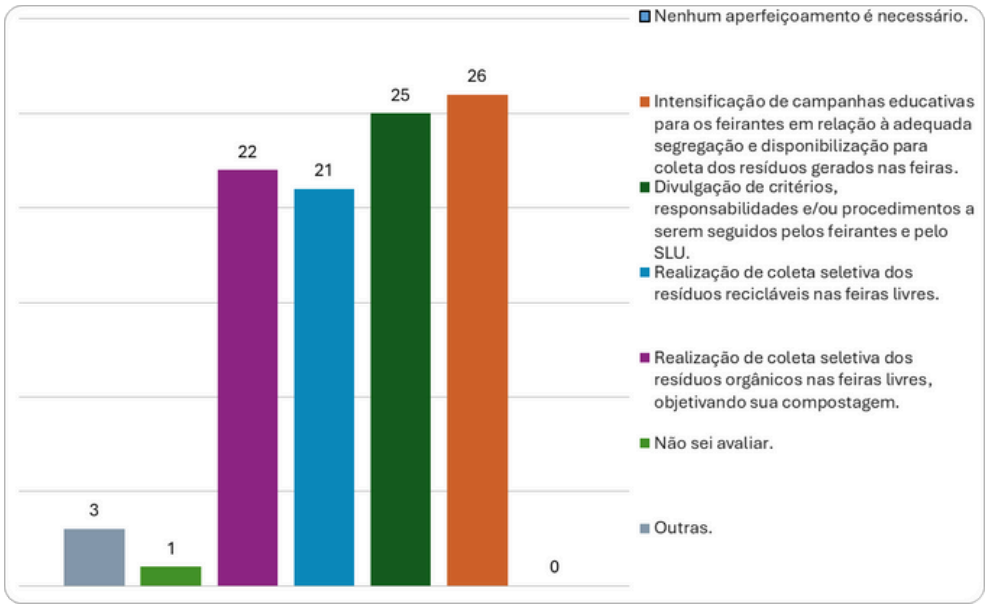
Questão 27- Caso a resposta da questão 26 seja “NÃO”, qual prazo você sugere?

Quadro 11 – Respostas complementares à questão 26 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Imediatamente após a geração do resíduo.
2	Prazo inexequível, melhor dilatar o prazo para 24 h.
3	24h.
4	Em períodos chuvosos ou de ventos, o tempo deve ser de, no máximo, meia hora.
5	Os contratos do SLU definem que os resíduos da varrição devem ser coletados no período seguinte a prestação do serviço de varrição, ou seja, se varrido e acondicionado pela manhã, a empresa deve coletar a tarde, porém se varrido a tarde, os resíduos somente serão recolhidos no dia seguinte, não atendendo assim o prazo de 4h definido na resolução.
6	2 horas.
7	Tem que ser no mesmo dia.
8	Tem que ser no mesmo dia.

Questão 29 - Na sua avaliação, o que poderia ser aperfeiçoado em relação aos serviços de limpeza de feiras livres?

Figura 13 – Respostas referentes à questão 15 do formulário eletrônico



Questão 30 - Caso tenha marcado a alternativa “OUTRAS” na questão 29, informe aqui quais são suas sugestões.

Quadro 12 – Respostas complementares à questão 29 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Estruturação de processos eficientes e modernos visando a compostagem.
2	Geração de energia com compostagem.
3	Ter mais lixeiras.
4	Seria ótimo destinar os resíduos das feiras para um sistema de compostagem exclusiva, o qual geraria um composto de ótima qualidade.
5	Exigência de limpeza da área da barraca no raio de 1 metro, pelo próprio feirante e exigência de instalação de lixeiras proporcionais aos resíduos gerados por cada banca.

Questão 31 – Na sua avaliação, quais aspectos dos serviços de capina, roçagem, poda, supressão de árvores e remoção de resíduos em áreas verdes podem ser aperfeiçoados?

Quadro 13 – Respostas complementares à questão 31 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Nada a declarar.
2	Não conheço as peculiaridades da prestação do serviço.
3	Não sei avaliar.
4	Precisam sem regulares em todas as Regiões Administrativas
5	O SLU não realiza supressão de árvores, poda ou roçagem. o serviço realizado é o da frisagem, que se resume a retirada de gramas que crescem rentes ao meio-fio, como auxílio ao serviço de pintura de meio-fio.
6	Remoção de resíduos nas áreas verdes. Por exemplo: eixão aos domingos. Disponibilizar pontos de coleta nos postos de gasolina e ter mais lixeiras ao longo do eixão.
7	A retirada dos resíduos após a realização da poda e varrição do local.
8	Planejamento do serviço.
9	Tempo de atendimento da demanda registrada pode ser melhor, após a implementação de educação ambiental clara.
10	Monitorar os pontos de deposição para identificar os usuários contumazes.
11	Frequência e qualidade.
12	Definir de forma mais clara que a norma abrange diversos prestadores, não restringindo-se ao SLU, e esclarecer quais órgãos prestam quais serviços.
13	Por ser da Novacap, não responderei.

14	Intensificar as capinas
15	Verificação da necessidade de retirada com enxada e outras ferramentas de capim em frestas de calçadas (o que me parece ser feito somente em áreas nobres), uma vez que só com a roçagem o crescimento é muito rápido.

Questão 32 - Na sua avaliação, o que pode ser aperfeiçoado em relação aos serviços limpeza de bueiros e de boca de lobo?

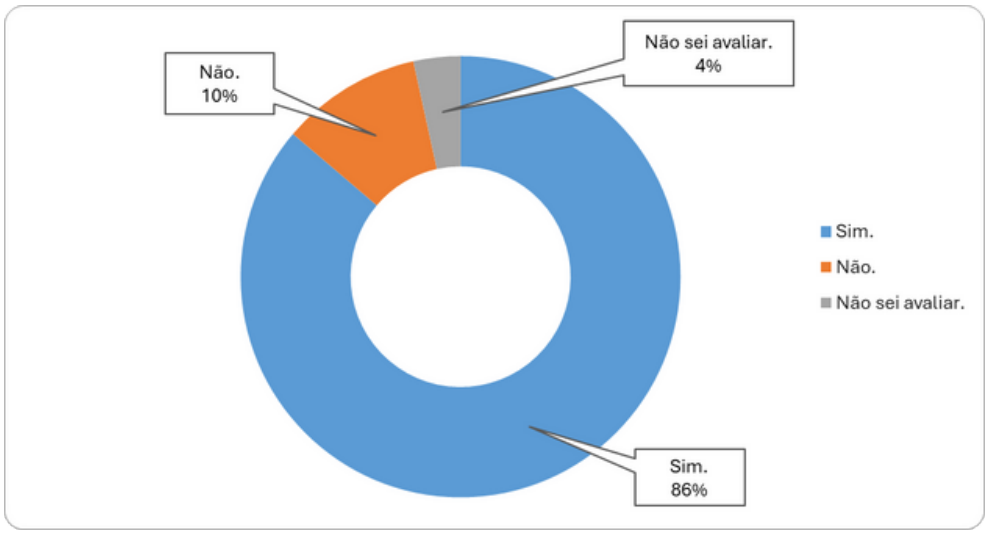
Quadro 14 – Respostas complementares à questão 31 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Programas de educação da população para diminuir a quantidade de resíduos jogados na rua.
2	Não conheço as peculiaridades da prestação do serviço.
3	Intensificar a limpeza e não deixar apenas no período chuvoso.
4	Precisam sem regulares em todas as Regiões Administrativas.
5	Talvez maior frequência de limpeza, principalmente em pontos mais críticos.
6	Que tenha pelo menos uma equipe em cada Administração Regional e o controle ser do Administrador Regional.
7	Planejamento do serviço.
8	Tempo e atendimento da demanda registrada podem ser melhores, após a implementação de educação ambiental clara.
9	Aumentar a frequência de limpeza e manutenção.
10	Ampliar a quantidade de equipes.

11	Alinhamento entre órgãos que realizam varrição e capina (que podem impactar nos resíduos que vão para bueiros) e o órgão que realiza a limpeza diretamente de bueiros e bocas de lobo.
12	Por ser da Novacap, não responderei.
13	Intensificar mais estes serviços.
14	Cronogramas de limpeza, intensificando a frequência durante os períodos chuvosos.

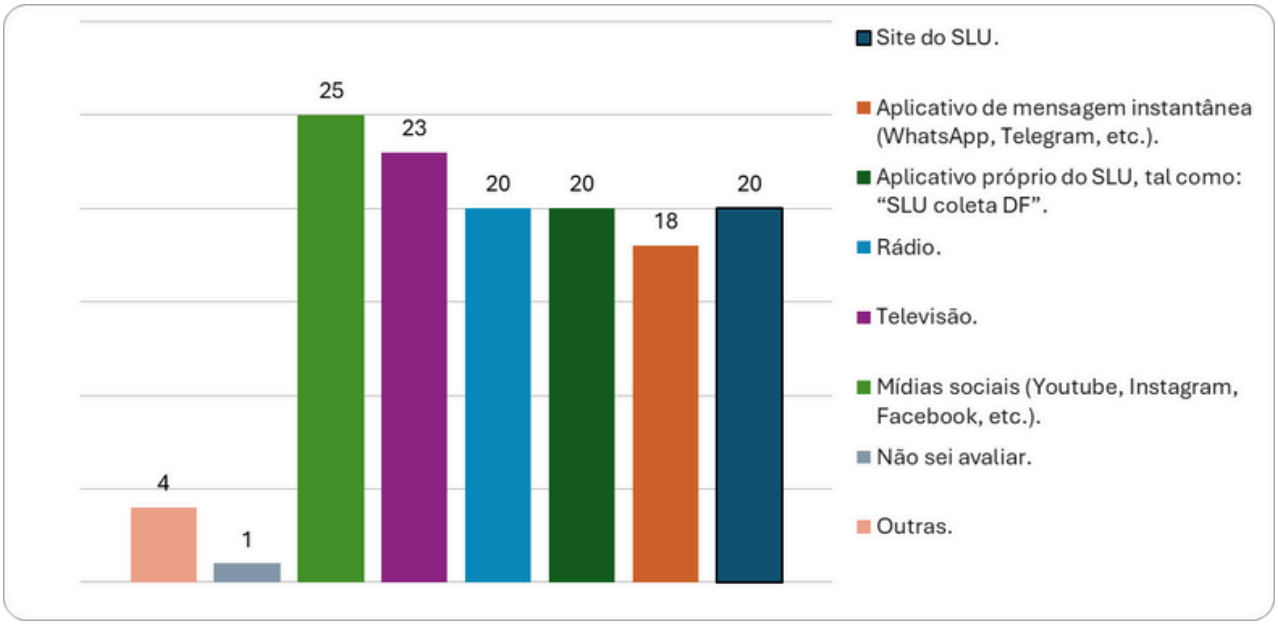
Questão 33 - O prestador de serviços precisa desenvolver campanhas de comunicação e sensibilização social, objetivando conscientizar os usuários dos serviços quanto à limpeza urbana, a não geração, à redução e ao manejo adequado dos resíduos sólidos. Em sua avaliação, a norma de regulação da Adasa deve estabelecer diretrizes para a elaboração de planos e campanhas de comunicação e sensibilização social?

Figura 14 – Respostas referentes à questão 31 do formulário eletrônico



Questão 34 - Quais canais de comunicação você julga serem mais eficientes para que o SLU divulgue informações sobre a prestação de serviços?

Figura 15 – Respostas referentes à questão 32 do formulário eletrônico



Questão 35 - Caso tenha marcado a alternativa "OUTRAS" na questão 34, informe aqui quais são suas sugestões.

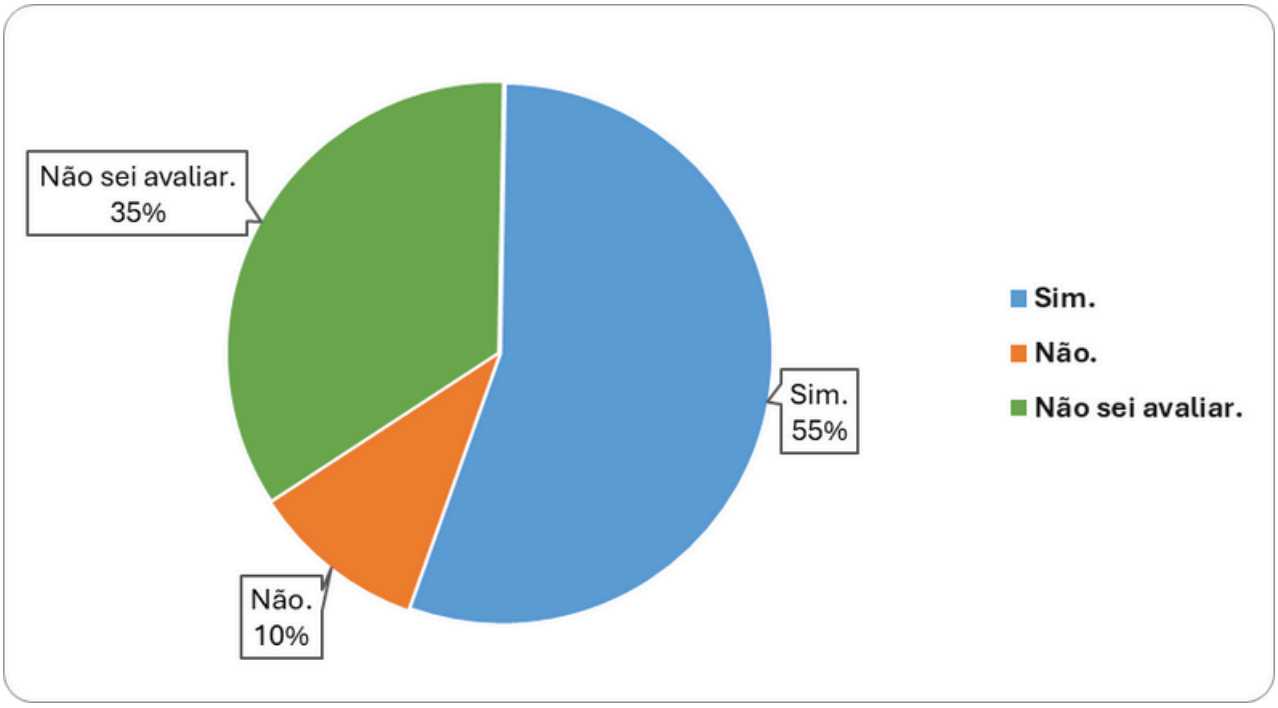
Quadro 15 – Respostas complementares à questão 34 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Talvez enviar para os órgãos e estes repassarem aos seus funcionários.
2	É importante que o SLU dívida a responsabilidade de campanhas de comunicação e sensibilização social com a SEMA, tanto por questões orçamentárias quanto por abrangência da campanha. A SEMA poderia abranger todos os quesitos relacionados a resíduos, como os resíduos especiais.
3	Ensinar a população a diferenciar os tipos de resíduos recicláveis como papel limpo ou sujo, onde colocar, entre outros.
4	Atividades em escolas, repartições públicas, grandes empresas...

5	Acredito que seja necessário ação de comunicação integrada aos diversos atores envolvidos desde os geradores, operadores, fiscalização para discussão de metodologias, diversidade de públicos-alvo, campanhas específicas com linguagem adequada para cada tipo de público-alvo, demonstração de ganhos ambientais, sociais, saúde e qualidade de vida integrando todos os atores. Regularidade nas campanhas com coleta de resultados, e maior direcionamento para áreas com menor participação dos resultados esperados.
6	campanhas durante eventos importantes na cidade.
7	Panfletos em condomínios.

Questão 36 - Na sua opinião, os canais de comunicação disponibilizados (“Participa DF” e Ouvidoria do SLU) para registro de solicitações de serviços, denúncias, reclamações e elogios sobre os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos funcionam de maneira satisfatória?

Figura 16 – Respostas referentes à questão 36 do formulário eletrônico



Questão 37 - Caso a resposta da 36 seja “NÃO”, quais são as suas sugestões de melhorias dos meios de comunicações para registro de solicitações de serviços, denúncias, reclamações e elogios sobre os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos?

Quadro 16 – Respostas complementares à questão 36 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Que o SLU tenha canis próprias para a finalidade de registros de solicitações de serviços.
2	Algo mais direto/acessível e menos burocrático, como um aplicativo de celular para registrar foto georreferenciada do problema.
3	Poderia haver uma ampliação envolvendo mais atores governamentais e de fiscalização;
4	implementação de mensagens instantâneas.

Questão 38 - Além das questões anteriores, gostaria de sugerir outros pontos que precisem ser abordados em norma de regulação da Adasa sobre as condições gerais da prestação e utilização dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos?

Quadro 17 – Respostas à questão 38 do formulário eletrônico

Ordem	Respostas
1	Reiterar a responsabilidade dos geradores diante dos resíduos, salientar questões de grandes geradores que não são atendidos pelo SLU, aumentar a efetividade da fiscalização.
2	Tenho visto com muita frequência em prédios residências em que a separação do lixo orgânico e seco é feito, o condomínio recolhe, porém moradores de rua tem acesso aos depósitos, abrem os sacos, misturam os lixos e ainda deixam o local sujo/bagunçado.
3	Que os contêineres de lixo orgânico sejam o modelo enterrado, como acontece em Portugal.

4	A responsabilidade ambiental o cidadão.
5	Incluir normas para condomínios de edifícios não residenciais ou de uso misto, cuja soma dos resíduos sólidos, caracterizados como resíduos Classe 2, pela NBR 10.004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, gerados pelas unidades autônomas que os compõem, seja em volume médio diário igual ou superior a 1.000 (mil) litros.
6	Criar sistemas de gaseificação do lixo com geração de energia elétrica.
7	Não.
8	Precisamos de definição sobre PODAS. Não há definição Normativa clara se os resíduos de podas (folhadas e galhadas) produzidas no interior de residências são de responsabilidade da coleta pública ou o gerador deve buscar destinação. Há uma pressão dos moradores do Park Way e Jardim Botânico pro SLU coletar. De quem é a responsabilidade? A PNRS, leis Distritais e Normas da ADASA não deixam claro.
9	Sobre os planos e campanhas de comunicação e sensibilização social, respondi como não necessária a regulação de diretrizes pelo fato da variabilidade dos tipos de ações a esse respeito e talvez tentar moldá-las dificulte a sua aplicação. Contudo, acredito que deve ser pontuado como obrigatoriedade do SLU essas ações, assim como a existência de um plano a seu respeito (um plano com diretrizes próprias para cada caso), além de solicitar avaliações da efetividade da ação. Assim, caso as diretrizes sejam nesse sentido mais amplo de orientações, acredito que seja necessária.
10	No Art. 26. diz que o prestador de serviços públicos deverá realizar coletas diferenciadas de resíduos segregados pelos usuários no mínimo em secos e úmidos e, progressivamente, implantar coletas de outras parcelas específicas, assim como no parágrafo único que diz que a Resolução da ADASA definirá, em conformidade com o PDSB e com o PDGIRS, o processo e os prazos de adequação progressiva da situação atual para a adoção das coletas seletivas de outras parcelas específicas. O Art. 37. ainda reforça que deverão ser utilizados veículos distintos para realizar as coletas de diferentes tipos de resíduos sólidos. Verifica-se que essa segregação na fonte exige que o poder público gaste proporcionalmente mais com o serviço de coleta, ou seja, deverá existir outra frota e equipes, percorrendo o mesmo trajeto para coletar resíduos diferente, sendo que com a coleta seletiva os caminhões transportam muito pouco material que é separado pela população. Uma vez que em Brasília possui duas Usinas de Tratamento Mecânico Biológicos (UTMB) que recebem os resíduos de forma misturada e através dos seus processos conseguem separam os resíduos nas 3 frações: Recicláveis, orgânico e rejeito, com certa eficiência, os investimentos / gastos com a logística deste transporte para os diversos tipos de resíduos separadamente, poderiam ser substituídas por maiores investimentos nas melhorias e ampliação destas Usinas, assim como construção de novas UTMB. Outra vantagem com essa otimização no número de veículos seria a diminuição no impacto no trânsito e o incomodo causado pelo barulho dos caminhões coletores.

ANEXO II - CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NOS WORKSHOPS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016

ANEXO II - CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS NOS WORKSHOPS PARA A REVISÃO DA RESOLUÇÃO Nº 21/2016

Workshop 1

Tema: Coleta Convencional

Data 25/04/2024

Questão 1

Sabe-se que o acondicionamento ou a disponibilização inadequada dos resíduos domiciliares para coleta pública podem causar impactos adversos ao meio ambiente, à saúde pública ou prejudicar a qualidade do serviço prestado.

Problema: Impactos adversos causados em razão do acondicionamento ou da disponibilização inadequada de resíduos domiciliares para coleta pública.

Nesse contexto, quais os principais problemas sobre o acondicionamento ou a disponibilização de resíduos domiciliares vocês consideram que precisam ser sanados no Distrito Federal?

Respostas e considerações dos grupos:

- Falta de separação por parte do gerador: É necessário que o gerador de resíduos faça a separação adequada no momento da geração dos resíduos, para otimizar o processo de coleta e destinação;
- Formas de acondicionamento: A distância, o transporte, a logística e o manejo adequado dos resíduos são fatores cruciais para evitar problemas como atração de vetores e garantir eficiência no processo de coleta;
- Fiscalização de grandes geradores: É essencial fortalecer a fiscalização dos grandes geradores de resíduos, garantindo que cumpram as normas estabelecidas para a gestão de resíduos e a destinação adequada;
- Disponibilização e padronização dos contêineres: A padronização dos contêineres de resíduos facilita a logística de coleta, além de proporcionar maior organização e eficiência;
- Educação ambiental: Investir em educação ambiental é fundamental para sensibilizar a população sobre a importância de uma gestão adequada dos resíduos e para estimular a mudança de comportamentos;
- Interesse da população: É importante avaliar e aumentar o interesse da população no tema, através de campanhas educativas que promovam a conscientização sobre a gestão de resíduos;
- Separação do resíduo: O processo de separação dos resíduos no ponto de geração deve ser incentivado para garantir que a coleta seletiva seja eficaz e que os resíduos sejam devidamente classificados;

- Transmissão de informações ao público geral: A disseminação de informações deve ser estratégica e chegar de forma clara e eficaz a toda a população, para que todos compreendam sua responsabilidade na gestão de resíduos;
- Plano de comunicação integrado (SECOM): O desenvolvimento de um plano de comunicação integrado, com a participação da SECOM, pode ajudar a promover a educação ambiental e garantir que a mensagem chegue de maneira eficaz a todos os cidadãos;
- Indicadores sobre as ações de educação ambiental: A utilização de indicadores permite avaliar o impacto das ações de educação ambiental e ajustar estratégias para aumentar sua eficácia.

Justificativa:

- Impactos: saúde pública, contaminação do solo, proliferação de vetores, sobrecarga da infraestrutura pública, e riscos de acidentes durante a coleta;
- Duplicidade de serviços de coleta e transporte de resíduos que já possuem logística reversa estabelecida no DF.

Questão 2

Os serviços de coleta dos resíduos sólidos domiciliares precisam atender todas as regiões do Distrito Federal, seja por meio da modalidade porta a porta ou ponto a ponto.

Uma alternativa para prestação dos serviços, na modalidade ponto a ponto, é a implantação de contêineres semienterrados (papa-lixo). Atualmente, o Distrito Federal conta com mais de 500 equipamentos instalados. Observa-se que alguns se encontram em áreas que já são atendidas pela coleta porta a porta ou em áreas comerciais, onde há também grandes geradores.

Problema 1: Sobreposição[1] de serviços de coletas nos locais onde foram instalados os papa-lixos.

[1] Considera-se sobreposição quando o SLU disponibiliza, para um mesmo local, mais de um tipo de logística de coleta do mesmo tipo de resíduo. Por exemplo, um local é atendido pelo serviço de coleta porta a porta (em frente ao imóvel do usuário) e pela coleta por meio dos papa-lixos (contêineres semienterrados).

Problema 2: Utilização inadequada dos papa-lixos pela população ou de forma indevida por parte dos grandes geradores de resíduos, em conflito com o disposto na lei Distrital nº 5.610/2016.

Nesse aspecto, vocês consideram pertinente que norma de regulação defina critérios ou diretrizes a serem observadas, pelo SLU, na instalação de papa-lixo? Se sim, quais critérios ou diretrizes entendem que devem constar em norma de regulação?

Respostas e considerações dos grupos:

- Modificar a Lei de Grandes Geradores: Eliminar a autodeclaração;
- Especificar locais: áreas de difícil acesso, resíduos residenciais orgânicos, zonas rurais;
- Delimitar critérios de localização e uso das áreas para fins específicos;
- Áreas públicas de uso comum;
- Definir a ausência de coleta seletiva (sem "papa-lixo" para resíduos recicláveis);
- Implantação de mecanismos e ações para aprimoramento da gestão;
- Ações de fiscalização frequentes em pontos viciados de descarte e nas imediações dos "papa-lixos";
- Realização de ações educativas nas escolas das Regiões Administrativas (RAs) onde os "papa-lixos" estão sobrecarregados;
- Parcerias com a Fecomércio em áreas comerciais próximas aos "papa-lixos".
- Inclusão de ferramentas digitais e georreferenciadas no diagnóstico do uso e situação dos "papa-lixos", como aplicativos para envio de fotos e relatos dos usuários em tempo real para o SLU;
- Contrapartidas do poder público (benefícios sociais, como vale-gás e bolsas sociais) para incentivar o descarte correto pelos usuários.

Justificativa:

- O poder público não consegue, por si só, gerir ou administrar adequadamente o volume e a tipologia dos resíduos. A participação de instituições, como a Fecomércio, é fundamental para o êxito e eficiência dos "papa-lixos";

- Estabelecer penalidades para o não cumprimento da Resolução 21/2016, garantindo a efetividade da regulamentação.

Questão 3

Os contêineres utilizados para disponibilização de resíduos para coleta pública precisam atender diversos critérios, tais como: posicionamento, dimensões e identificação.

Problema: A ausência de critérios sobre os contêineres utilizados para disponibilização de resíduos domiciliares pode prejudicar a qualidade dos serviços prestados.

Nesse aspecto, vocês consideram pertinente que norma de regulação estabeleça diretrizes ou regras relativas aos contêineres utilizados para disponibilização de resíduos sólidos domiciliares?
Se sim, quais diretrizes ou regras entendem que devem constar em norma de regulação?

Respostas e considerações dos grupos:

- Padronização dos contêineres: Definição da quantidade por usuário, cores e modelo;
- Vida útil: Estabelecer um prazo para a durabilidade dos contêineres, considerando a necessidade de substituição periódica;
- Autoridade e competência: A competência do SLU deve se restringir à indicação do local para instalação dos contêineres, analisando a viabilidade operacional;
- Padronização da localização: Definição de padrões para o posicionamento dos contêineres nas ruas, levando em consideração pavimentação e contenção de efluentes;
- Fiscalização: Implementação de fiscalização rigorosa para garantir a obrigatoriedade da aquisição dos contêineres e sua manutenção periódica;
- Posicionamento: Considerar a mobilidade dos contêineres em locais de difícil acesso ou onde há pouco espaço para manobras, incentivando a instalação de "papa-lixos" em áreas com essas características;
- Dimensões: Realização de um estudo para avaliar e dimensionar a geração de resíduos, ajustando o tamanho dos contêineres conforme a tipologia urbana ou setorial;
- Identificação: Fortalecimento e adaptação das padronizações existentes para facilitar a identificação e uso adequado;
- Especificação técnica: Incluir requisitos técnicos como o percentual de material reciclado nos contêineres, promovendo o uso de recursos sustentáveis no mercado;

- Manutenção: Estabelecimento de rotinas de manutenção corretiva e preventiva para garantir a durabilidade e funcionamento adequado dos contêineres;
- Normatização: Definir dias, horários e a obrigatoriedade de disponibilização dos contêineres no momento da coleta;
- Acesso restrito: Limitar o acesso aos contêineres, garantindo que apenas o responsável autorizado tenha permissão para utilizá-los.

Justificativa:

- Especificação do maquinário (caminhão): A definição do tipo e tamanho adequado do maquinário é essencial para garantir que os contêineres sejam utilizados corretamente, de acordo com a capacidade do equipamento de coleta;
- Proteção e segurança do trabalho: Garantir a segurança dos trabalhadores que lidam diretamente com os contêineres e os resíduos, estabelecendo normas de operação e uso de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) adequados;
- Evitar obstrução de vias públicas: Posicionar os contêineres de forma a não obstruir o tráfego de veículos e garantir o livre acesso da população, evitando o congestionamento e os acidentes;
- Evitar contaminação do material reciclado: Assegurar que o material reciclável seja coletado sem contaminação, o que poderia comprometer o processo de reciclagem e aumentar os custos operacionais. Além disso, garantir que terceiros não destinem resíduos indevidos nos contêineres, preservando sua função de separação.

Questão 3

Quais outros aspectos sobre a coleta convencional podem ser aperfeiçoados?
Resposta: Não houve manifestação.

ANOTAÇÃO DOS DIÁLOGOS DURANTE O WORKSHOP 1

A seguir são apresentadas as contribuições e considerações dos participantes durante a apresentação dos resultados das rodas de conversa no Workshop 1.

FISCALIZAÇÃO

Solicitou-se a presença do DF Legal nos demais dias dos workshops, com o objetivo de entender o processo de fiscalização dos descartes irregulares no DF. Além disso, foi solicitado que a secretaria apresente dados sobre essa atividade, pois não se observa eficiência na fiscalização dos grandes geradores.

LEI DOS GRANDES GERADORES

Há necessidade de revisar a Lei dos Grandes Geradores, considerando que é problemático que os dados sejam autodeclaratórios. Nesse mesmo sentido, foi sugerido que haja uma definição prévia dos tipos de empreendimentos que podem ou não ter sua coleta equiparada à domiciliar, pois alguns estabelecimentos possuem características bastante semelhantes, enquanto outros são significativamente diferentes.

COMUNICAÇÃO

Há uma falta de integração mais ampla da SEMA nas atividades de comunicação com a sociedade. É necessário um Plano de Comunicação em massa sobre a segregação de resíduos sólidos, apresentando de forma didática quais órgãos são responsáveis por cada tipo de resíduo.

PAPA-LIXO

A ideia original do papa-lixo foi desconfigurada, ou seja, houve uma mudança na concepção de sua finalidade, que era atender áreas de difícil acesso. Após a instalação dos equipamentos no Setor Habitacional Noroeste, eles passaram a ser vistos como dispositivos para modernização dos contêineres. Assim, foram identificados problemas associados ao uso indiscriminado dos papa-lixos, como a dificuldade para esvaziá-los (por exigirem caminhões especializados), o risco à saúde dos coletores, que precisam entrar nos dispositivos para remover os resíduos, e a limpeza mais trabalhosa do chorume. Dessa forma, considerou-se fundamental que a Adasa estabeleça diretrizes para definir a finalidade desses equipamentos e os locais onde podem ser instalados, evitando que o SLU fique sujeito a pressões, tanto internas quanto políticas, que possam gerar desvio de finalidade, aumento de custos (pela necessidade de dois tipos de coleta na mesma área) e diminuição da eficiência.

PAPA-LIXO DUPLICIDADE DE COLETA

Foi explicado que a duplicidade de coleta, como a porta a porta e a coleta de papa-lixos, ocorre devido à presença das duas atividades na mesma localidade, exigindo caminhões específicos para cada uma. Essa duplicidade acarreta problemas, como o aumento de custos — pois dois caminhões percorrem a mesma rota — e os impactos ambientais associados à poluição gerada pelos veículos. Sugere-se que o uso dos papa-lixos seja restrito a áreas remotas e de difícil acesso, para evitar a concorrência com a coleta porta a porta.

Em áreas de água e esgoto, há ordenamentos que exigem que os usuários consultem os órgãos responsáveis antes de qualquer instalação. De forma análoga, recomenda-se que o mesmo princípio seja aplicado à instalação dos papa-lixos, condicionando-a à aprovação do SLU. Aponta-se também a necessidade de um estudo de “alternativa locacional” para os papa-lixos, considerando a hierarquia das vias públicas, a viabilidade de manobras dos caminhões e a consulta ao DER e/ou Detran.

Além disso, recomenda-se a realização de um “Estudo Técnico Preliminar”, que avalie alternativas locacionais, a taxa de ocupação, o índice de aproveitamento e a taxa de infiltração no local. Em relação aos papa-lixos, sugere-se que haja regulação da Adasa para viabilizar sua instalação e que haja possibilidade de financiamento por parte de particulares interessados. Estudos técnicos sobre a viabilidade de cobrança de uma taxa de ocupação também são recomendados.

O CORC estabeleceu critérios para as caçambas destinadas à disposição de resíduos de grandes geradores e sugeriu que a Adasa possa também assumir a padronização dos contêineres utilizados como papa-lixos.

Workshop 2

Tema: Coleta Seletiva

Data 30/04/2024

Questão 1

A adesão e o engajamento da população à coleta seletiva é um desafio complexo, influenciado, às vezes, pela falta de conscientização, pela acessibilidade limitada aos sistemas de coleta ou pela resistência à mudança de comportamento.

A segregação adequada dos resíduos pela população e sua correta disponibilização para coleta são fatores imprescindíveis para que se consiga atingir maiores índices de reciclagem.

Problema: Baixa qualidade da segregação dos resíduos recicláveis, pela população.

Assim, quais ações podem ser implementadas para aumentar a adesão e a qualidade da segregação dos resíduos?

Respostas e considerações dos grupos:

- Educação Ambiental: Implementação de políticas educativas para sensibilizar a população sobre a importância da segregação de resíduos desde a origem, abordando os impactos positivos da separação e os danos causados pela falta dela;
- Política institucional de marketing e comunicação: Desenvolvimento de uma política de comunicação que envolva campanhas eficazes para informar e motivar a população a participar ativamente da coleta seletiva, destacando os benefícios e as consequências negativas;
- Implementação como componente curricular no ensino público: Incluir a educação ambiental e a segregação de resíduos como parte do currículo escolar, por meio da Secretaria de Educação, formando gerações conscientes sobre a gestão de resíduos;
- Instrumentos econômicos: Aplicação de incentivos financeiros, como créditos e recompensas, para estimular a segregação de resíduos na fonte, além de descontos em impostos para aqueles que aderirem à coleta seletiva;
- Programas e campanhas de educação por RA (Regiões Administrativas): Criação de programas educativos direcionados a todos os públicos, abordando de maneira prática e eficaz como separar os resíduos, destacando os benefícios ambientais, sociais e econômicos da prática;

- Campanhas utilizando o aplicativo do SLU: Exploração de campanhas no aplicativo do SLU para facilitar a comunicação, envolver os cidadãos e informar sobre a coleta seletiva e os pontos de entrega;
- Demonstrar os benefícios da separação de resíduos: Mostrar como a separação correta dos resíduos gera renda e impacta positivamente famílias e comunidades, além de destacar o número de pessoas envolvidas no processo de reciclagem;
- Consequências da não separação: Abordar as perdas econômicas, impactos ambientais e outros danos causados pela falta de segregação, através de campanhas educativas que mostrem as consequências práticas para todos;
- Treinamento e capacitação: Oferecer treinamentos e capacitações para mobilizadores, educadores e comunidades, promovendo maior compreensão sobre a importância e os métodos de separar os resíduos de forma eficaz.
- Incentivos financeiros: Implementar programas de recompensas e descontos para quem adotar boas práticas de coleta seletiva e segregação de resíduos, incentivando uma mudança comportamental positiva;
- Parcerias com a comunidade: Envolver organizações locais, escolas e empresas na promoção da coleta seletiva, incentivando a participação ativa da comunidade no processo de conscientização e execução das práticas de segregação;
- Facilidade no processo de segregação: Fornecer recursos, como sacolas de diferentes cores para separar os resíduos em casa, tornando o processo mais simples e acessível para a população;
- Campanhas de sensibilização: Utilizar mídias sociais, cartazes em eventos comunitários e outras formas de comunicação em massa para sensibilizar a população sobre a importância da coleta seletiva e da segregação adequada de resíduos;
- Identificação e individualização de componentes da população: Desenhar programas de conscientização e educação ambiental personalizados, levando em conta aspectos econômicos, sociais e ambientais de diferentes grupos da população;
- Educação de base: Fomentar campanhas e programas educativos desde a base, com foco em escolas, para formar cidadãos conscientes sobre a gestão de resíduos e a importância de suas ações no cotidiano;
- Campanha em massa ("faixa de pedestre"): Utilizar meios de comunicação visual como faixas de pedestres, cartazes e anúncios para aumentar a visibilidade das campanhas de coleta seletiva e promover o uso do aplicativo SLU Coleta DF;
- Aplicação de benefícios e sanções: Criar políticas que recompensem a correta segregação de resíduos e, ao mesmo tempo, implementem sanções para quem não seguir as normas de separação;
- Convênios com empresas privadas: Estabelecer parcerias com empresas para a criação de pontos de entrega voluntária, oferecendo benefícios fiscais para as empresas e descontos para os cidadãos, incentivando a participação de ambos na coleta seletiva.

Questão 2

A cobertura e a qualidade do serviço de coleta seletiva precisam ser constantemente ampliadas.

Nesse contexto, é necessário implementar soluções que contribuam para a melhoria na qualidade e na eficiência do serviço de coleta seletiva.

Problema 1: Déficit de cobertura do serviço de coleta seletiva em algumas regiões do Distrito Federal.

Problema 2: Falhas no planejamento ou na operação do serviço de coleta seletiva

Tendo como referência os problemas citados acima, sugiram ações que possam ser colocadas em prática para ampliar a cobertura, a qualidade ou a eficiência do serviço de coleta seletiva.

Respostas e considerações dos grupos:

- Incentivo para mais cooperativas atuarem no DF: Desenvolver políticas de incentivo para a expansão da atuação das cooperativas de reciclagem no Distrito Federal, oferecendo apoio logístico, financeiro e estrutural;
- Estudos de novas tecnologias de tratamento e gestão de resíduos: Investir em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias inovadoras para otimizar o tratamento e a gestão de resíduos, reduzindo impactos ambientais e aumentando a eficiência do processo;
- Incluir cooperativas no circuito de coleta seletiva: Garantir a participação ativa das cooperativas de reciclagem no processo de coleta seletiva, promovendo a inclusão delas na cadeia de reciclagem e oferecendo suporte para sua operação;
- Regionalização da gestão dos resíduos (e tratamento): Estabelecer um sistema de gestão de resíduos regionalizado, com um raio de atuação específico para cada região, considerando as particularidades locais e as necessidades de cada área;
- Incentivos para troca de embalagens plásticas por compostáveis: Criar incentivos para a troca de embalagens plásticas por alternativas compostáveis ou implementar penalidades, como multas ou tarifas mais altas, para aqueles que não aderirem à mudança;
- Ampliar os papa-recicláveis: Aumentar o número de pontos de entrega voluntária (papa-recicláveis) para melhorar a cobertura da coleta seletiva, especialmente em locais onde o atendimento porta a porta não é viável;

- Aumentar o potencial de comercialização dos recicláveis: Trabalhar para aumentar a capacidade de comercialização dos materiais recicláveis em localidades que recebem o serviço de papa-recicláveis, criando condições para que a coleta seja mais eficiente e rentável;
- Programas de Governo para responsabilizar grandes geradores: Criar programas que responsabilizem os grandes geradores de resíduos pela gestão dos seus resíduos, com foco na redução e na reciclagem;
- Conscientização da população para a separação de resíduos: Ampliar as campanhas educativas voltadas à conscientização da população sobre a separação correta de resíduos, abordando as categorias de resíduos secos/recicláveis, rejeitos e orgânicos, além de metas relacionadas ao plano distrital e à logística reversa;
- Disponibilizar pontos de coleta convencional e seletiva: Estabelecer pontos de coleta convencionais e seletivos em locais estratégicos, facilitando a transição entre a coleta porta a porta e os pontos fixos, para garantir maior acessibilidade à população;
- Padronizar ações em todas as Regiões Administrativas: Uniformizar as ações de gestão de resíduos em todas as Regiões Administrativas (RAs), formando parcerias entre as administrações regionais e o SLU para otimizar a prestação dos serviços;
- Mapear áreas não atendidas: Identificar áreas que não estão sendo atendidas adequadamente, como vias não pavimentadas, áreas rurais e locais de difícil acesso, e propor soluções para garantir a cobertura total da coleta seletiva.
- Adequar a localização dos pontos de recolhimento: Ajustar a localização dos pontos de coleta de resíduos de acordo com as práticas e comportamentos da população, garantindo que os pontos sejam acessíveis e eficientes, minimizando o descarte irregular;
- Entender os tipos de problemas e mapear soluções: Realizar um mapeamento detalhado dos problemas enfrentados nas diferentes áreas e oferecer serviços específicos com locais mais apropriados e datas fixas para coleta, garantindo maior eficiência e atendimento à demanda;
- Igualdade de serviços entre as Regiões Administrativas: Garantir que todas as Regiões Administrativas recebam os mesmos serviços de coleta seletiva, com a mesma frequência e qualidade, respeitando as demandas específicas de cada região;
- Estudo da viabilidade econômica da coleta por cooperativas: Analisar a viabilidade econômica de priorizar a coleta realizada por cooperativas nas áreas de maior densidade populacional, enquanto as empresas ficariam responsáveis pelas áreas de menor densidade e maior estrutura;
- Viabilidade econômica para sustentabilidade da operação: Realizar estudos de viabilidade econômica para garantir a sustentabilidade da operação de gestão de resíduos e assegurar que os serviços prestados sejam eficientes, com custos controlados e benefícios claros para a população.

Questão 3

A coleta seletiva deve atender todas as regiões do Distrito Federal, seja por meio da modalidade porta a porta ou ponto a ponto.

Uma alternativa para prestação dos serviços de coleta seletiva, na modalidade ponto a ponto, é a implantação de papa-reciclável (Local de Entrega Voluntária - LEV). Atualmente, o Distrito Federal conta com mais de 300 equipamentos instalados.

Problema 1: Sobreposição1 de serviços de coletas nos locais onde foram instalados os papa-recicláveis.

Problema 2: Localização inadequada dos papa-recicláveis, podendo gerar, por exemplo, subutilização dos equipamentos.

Problema 3: Utilização inadequada dos papa-recicláveis pela população (o uso para descarte de outros tipos de resíduos.

Tendo como referência os problemas citados acima, sugiram ações para aumentar a eficiência da utilização de papa-recicláveis no Distrito Federal.

Respostas e considerações dos grupos:

- Avaliar possibilidade de transição para coleta com papa-lixo e LEV (papa-reciclável): Estudar a viabilidade de transição da coleta porta a porta para um modelo baseado em conjuntos de papa-lixo e LEVs, juntamente com o incremento de impostos associados (como a TLP), para otimizar a coleta seletiva e incentivar a responsabilidade ambiental;
- Aprimoramento de sistemas georreferenciados: Investir no aprimoramento dos sistemas de modelagem geoespacial para melhorar o planejamento, a logística e a eficiência da coleta seletiva, garantindo que os pontos de coleta estejam estrategicamente localizados e acessíveis;
- Educação, comunicação e sensibilização da população: Intensificar campanhas de educação ambiental, comunicação e sensibilização da população, promovendo a importância da separação correta dos resíduos e o uso adequado dos sistemas de coleta seletiva;
- Reorganização dos LEVs (papa-recicláveis): Reavaliar e reorganizar a localização dos LEVs com base em análise geoespacial e técnica, considerando a acessibilidade, a cobertura e as necessidades específicas das diferentes regiões;

- Estudo sobre a subutilização dos LEVs: Realizar estudos com a população para entender as causas da subutilização dos LEVs, utilizando-os juntamente com campanhas educativas sobre a separação correta de resíduos;
- LEVs como ferramenta de regionalização da gestão de resíduos: Usar os LEVs como parte do processo de regionalização da gestão dos resíduos, considerando os raios de atuação e as características específicas de cada região para otimizar a coleta seletiva;
- Sandbox regulatório no GDF: Criar um ambiente de experimentação (sandbox regulatório) que permita a realização de testes e ajustes nas políticas de gestão de resíduos, visando a inovação e a adoção de novas soluções eficientes;
- Conscientização sobre o uso dos LEVs: Promover campanhas para conscientizar a população sobre a função e a importância dos LEVs, incentivando o uso correto e aumentando a adesão ao sistema;
- Sobreposição de serviços e otimização da coleta: Mapear as sobreposições de serviços de coleta e eliminar redundâncias, posicionando os LEVs em locais onde o serviço ainda não esteja disponível ou onde a demanda não está sendo atendida adequadamente;
- Posicionamento estratégico dos LEVs: Avaliar se os LEVs atualmente posicionados estão atendendo de forma eficaz as áreas de maior necessidade e induzindo ou não ao descarte irregular. Estudar a possibilidade de posicioná-los em locais estratégicos, como shoppings, hospitais e escolas, para melhorar o acesso e a conscientização;
- Mapeamento de locais inadequados para os LEVs: Identificar os locais onde os LEVs não têm sido eficazes ou estão em locais inadequados, realizando ajustes conforme os hábitos ou maus hábitos de descarte da população;
- Monitoramento contínuo dos resultados: Estabelecer um sistema de monitoramento constante dos resultados da coleta seletiva e do uso dos LEVs, com base em dados geoespaciais, para ajustar estratégias e garantir que as ações tomadas realmente atendam às necessidades da população.

ANOTAÇÃO DOS DIÁLOGOS DURANTE O WORKSHOP 2

A seguir são apresentadas as contribuições e considerações dos participantes durante a apresentação dos resultados das rodas de conversa no Workshop 2.

- Foram realizados mutirões de mobilização em localidades aleatórias, que têm apresentado resultados positivos. No entanto, são necessárias melhor organização e estratégias, pois a presença de um grande número de pessoas no mutirão chama muito a atenção;
- Para alcançar a "Geração Z", é necessário utilizar plataformas mais modernas, considerando que essa nova geração é mais influenciada por esse tipo de ferramenta;
- O prestador de serviços de limpeza urbana encontra dificuldades em analisar os resultados das campanhas, que têm ocorrido de forma pontual e conforme demanda;
- A comunicação mudou significativamente nos últimos anos. A TV não possui mais o monopólio da informação e atualmente existem várias fontes. Dessa forma, o governo deveria realizar campanhas de comunicação em massa usando mídias e canais digitais alternativos;
- O setor produtivo é agressivo em suas estratégias de marketing e as instituições precisam adotar a mesma abordagem. Universidades e instituições de pesquisa também devem apoiar essas iniciativas, desenvolvendo soluções;
- É necessário impulsionar a divulgação, por exemplo: ao acessar o site da Adasa, o usuário seria direcionado a links e páginas que explicam as funções da instituição e de seus regulados. Também seria interessante associar os serviços a músicas populares, criando "hits" de conscientização;
- Em relação às sanções, estas já existem, mas deveriam ser mais rigorosas, aplicadas a populações de diferentes níveis de renda e instrução. Atualmente, as multas só existem no papel, pois o SLU não tem poder de multar. É necessário pensar em meios mais efetivos de aplicação de multas;
- Em relação à separação do lixo, foi mencionado que há vários tipos de lixeiras para diferentes resíduos, mas que essa configuração não é eficaz. Sugere-se que a separação seja simplificada em seco, orgânico e rejeito, com ampla divulgação nos veículos de mídia;
- Há ausência de dados, apesar de a manutenção de informações ser uma exigência nos contratos de coleta e limpeza. Essas informações deveriam ser consideradas na formulação dos contratos de mobilização, que precisam ser embasados tecnicamente;

- A educação ambiental deve estar alinhada à expansão do serviço de coleta, pois ambas as questões estão intimamente relacionadas. Não adianta expandir o serviço sem ampliar a conscientização das pessoas atendidas;
- Existe a necessidade de um planejamento territorial e conscientização. É importante analisar o que já foi feito e avaliar os resultados alcançados. As ações não podem ser padronizadas; é preciso adotar abordagens diferenciadas para quem usa e para quem não usa os serviços. Todos os elementos da política devem ser integrados para mapear a realidade e entender o que funciona ou não, transformando dados em informações efetivas;
- Em termos percentuais, os dados poderiam ser analisados especialmente nas Regiões Administrativas de Água Quente, Pôr-do-Sol e Sol Nascente, já que as demais regiões possuem coleta e LEVs, totalizando 94% de cobertura nas 35 RAs;
- Atender 100% da população com o serviço de coleta seletiva não é economicamente viável;
- Sugere-se verificar a viabilidade de atendimento a determinadas localidades. Em Brazlândia, por exemplo, há interesse na implementação da coleta seletiva, pois o resíduo orgânico não representa um problema, mas os recicláveis sim (especialmente em áreas rurais). Deve-se considerar a necessidade de regulação para os tipos de veículos de coleta, especificando se são adequados para os diferentes tipos de resíduos;
- A responsabilidade pela coleta de resíduos eletrônicos e de embalagens de vidro não é do SLU, mas da SEMA e dos produtores. Os papa-lixos são caros e os resíduos recicláveis tendem a ser mais volumosos do que pesados, o que os torna inadequados para esse tipo de material, resultando em resíduos acumulados ao redor dos papa-lixos, mesmo em locais com população mais instruída, como no Setor Habitacional Noroeste. Os LEVs resolveriam essa questão;
- Questionou-se qual seria o incentivo para destinar os resíduos a um LEV. Na Europa, por exemplo, os usuários recebem uma remuneração. A coleta convencional e os LEVs ofereceriam uma maior proximidade e quantidade de pontos de coleta;
- Inicialmente, os LEVs foram contratados por Região Administrativa, mas foram remanejados conforme a necessidade. Muitas vezes, essas estruturas são alocadas em determinados locais sem um embasamento técnico ou por pressão política, visando mais visibilidade do que atender às reais necessidades. Para evitar isso, seria necessária a aprovação técnica e contratos específicos com as RAs, priorizando as áreas de maior demanda;
- Quanto à sobreposição de coletas, o SLU dispõe de uma boa equipe, mas seriam necessárias atualizações no sistema GEO para evitar sobreposição. Foi mencionada a TLP (Taxa de Limpeza Urbana) em São Paulo e o pronunciamento do TCSP (Tribunal de Contas de São Paulo) sobre a cobrança pela coleta. Como a TLP "não possui carimbo", deve-se pensar em outra forma de viabilizar o financiamento;

- Sobre a sobreposição de LEVs e coleta porta a porta, observou-se que a coleta porta a porta é menos eficiente em locais com LEVs, pois catadores acabam retirando resíduos dos LEVs. Portanto, em áreas com coleta porta a porta, a presença de LEVs deve ser avaliada para evitar a queda de produtividade;
- A TLP é destinada apenas ao manejo de resíduos. Na implantação de coleta em novas áreas, como condomínios, recomenda-se que o SLU seja consultado sobre o tipo de coleta disponível para melhorar o planejamento, incluindo a utilização de contêineres, LEVs e lixeiras elevadas, com diretrizes claras;
- A SEDUH deveria consultar o SLU e a Adasa quando não houver diretrizes claras sobre a localização de equipamentos de limpeza urbana, evitando interferências políticas e garantindo maior eficiência e menor sobreposição de recursos;
- As licenças ambientais (LP, LI, LO) são importantes instrumentos de planejamento e oferecem um diagnóstico geral;
- Ressalta-se que muitas pessoas desconhecem o que é um LEV, o que leva ao uso inadequado desse tipo de estrutura.

Workshop 3

Tema: Coleta em Condomínios Horizontais

Data 06/05/2024

Questão 1

Lei Distrital nº 6.615, de 04 de junho de 2020 assegurada às unidades imobiliárias localizadas nos condomínios horizontais do Distrito Federal o acesso à coleta de resíduos sólidos realizada pelo Serviço de Limpeza Urbana do Distrito Federal – SLU. Em relação aos serviços de coleta prestados pelo SLU aos CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS:

a) Quais seriam os pontos positivos e quais seriam os pontos a serem melhorados?

b) Que ações podem ser implementadas para melhorar a qualidade da prestação desses serviços, pelo SLU, aos condomínios horizontais?

Respostas ao item “a”

- Em relação à coleta do SLU, foi apontado que não é conveniente, pois não atende os condomínios em horários compatíveis com suas rotinas, e o caminhão chega sujo, o que também acaba sujando o condomínio;
- Pontos positivos: monitoramento e rastreabilidade dos resíduos; abertura do SLU para dialogar com os condomínios; profissionalismo da coleta; segurança para o trabalhador;
- Pontos negativos: falta de divulgação do SLU; necessidade de equipamentos mais adequados (menor porte e novas tecnologias);
- Pontos a serem aprimorados: horário de coleta; vazamento de chorume; ruído e tráfego de caminhões nas vias internas dos condomínios;
- Facilitar o acesso das equipes mobilizadoras, especialmente nos locais onde a coleta é feita ponto a ponto; e melhorar o transporte de podas e galhadas.

Respostas ao item “b”

- Sugestão de melhoria: Implementar um projeto Lixo Zero;

- Sugestão de melhoria: Separar rejeitos, orgânicos e recicláveis; adaptar o contrato atual para atender todos os condomínios; ampliar contratos com cooperativas (hoje com pouco suporte); Realizar reuniões com moradores/condôminos para mobilização; criar grupos de WhatsApp para compartilhar informações sobre a coleta.

Questão 2

A Lei Distrital nº 6.615/2020 faculta aos condomínios que contratem cooperativas ou associações de catadores para a realização de serviços de coleta e transporte dos resíduos sólidos, ainda que essas entidades não sejam contratadas pelo SLU.

Em relação aos serviços de coleta prestados pelas COOPERATIVAS ou ASSOCIAÇÕES DE CATADORES aos CONDOMÍNIOS HORIZONTAIS:

a) Quais seriam os pontos positivos e quais seriam os pontos a serem melhorados?

Que ações podem ser implementadas para melhorar a qualidade da prestação desses serviços, pelas COOPERATIVAS ou ASSOCIAÇÕES DE CATADORES, aos condomínios horizontais?

Respostas ao item “a”

- Pontos Positivos: Ter uma cooperativa de catadores que já separa materiais recicláveis dos orgânicos; a equipe está bem-organizada, cuidadosa e mantém uma ótima comunicação direta. Há rápida resolução de problemas, organização, bom atendimento, cuidado e zelo pelo condomínio; mobilização eficaz, com os catadores em contato direto com os moradores;
- Pontos a Melhorar: Melhor orientação para novos catadores; realizar a coleta com mais calma dentro do condomínio;
- Pontos Positivos: Possibilidade de negociar o horário; a coleta seletiva realizada pela cooperativa é mais eficiente;
- Pontos Positivos: Organização, frequência e limpeza;
- Pontos a Melhorar: Falta de estrutura (equipe), ausência de rastreabilidade, necessidade de melhorias nas IRRs/CTRs; seleção de resíduos pela cooperativa;
- Pontos a Melhorar: Implementar um meio de transporte para consolidar os resíduos em um único local (coelho), facilitando a coleta pelo caminhão; investir no setor administrativo das cooperativas.

Respostas ao item “b”

- Realizar a coleta com mais calma para evitar acidentes; realizar mobilizações mais frequentes;
- Incentivar que os moradores tenham, no mínimo, duas lixeiras para separar corretamente os materiais;
- Aumentar a proximidade com os condomínios atendidos, promovendo ações de mobilização por iniciativa própria;
- Efetuar o cadastramento junto ao SLU para atender às normas legais.
- Profissionalizar as cooperativas; melhorar as estruturas;
- Aprimorar os contratos, incluindo cláusulas de avaliação qualitativa e quantitativa;
- Coletar feedback dos moradores.

Questão 3

A prestação de serviços de saneamento básico, incluindo manejo de resíduos sólidos está condicionada ao cumprimento de requisitos técnicos que garantam a qualidade dos serviços e a segurança dos usuários.

No caso de prestadores do serviço de transporte de resíduos da construção civil e de grandes geradores existe a necessidade de cadastro prévio no SLU, comprovando o cumprimento dos requisitos técnicos previstos na legislação.

Problema 1: A ausência de cadastro pode possibilitar que o prestador de serviços atenda aos condomínios horizontais e aos grandes geradores utilizando o mesmo veículo, fazendo com que os grandes geradores não arquem com suas responsabilidades, nos termos da Lei Distrital nº 5.610/2016.

Problema 2: A ausência de cadastro possibilita que os condomínios contratem cooperativas ou associações de catadores que não atendam aos requisitos técnicos de operação e segurança exigidos para a atividade de coleta.

a) Você considera importante que seja instituído e disponibilizado para consulta pública uma relação contendo o cadastro das cooperativas e associações de catadores aptas a prestarem os serviços de coleta em condomínios horizontais?

b) Quais os requisitos técnicos ou de segurança devem ser exigidos para os veículos de coleta e para a operação dos serviços de coleta?

Respostas ao Problema 1

- Sim, consideramos indispensáveis os cadastros das cooperativas e associações para consulta.

Respostas ao Problema 2

- Caminhões com especificação técnica adequada; coletores seguindo a NR38;
- EPIs adequados;
- Diferentes especificações de caminhões;
- Exigência de exclusividade do caminhão para coleta no condomínio;
- Que sigam as normas técnicas da ABNT e inclusão da exigência de MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos);
- Limite de emissões de ruído, gases de efeito estufa segunda a EURO-6;
- Ter boa vedação para não derramar o chorume pelas ruas;
- Questão do peso dos caminhões, pois caminhões muito pesados acabam com os bloquetes das ruas.

ANOTAÇÃO DOS DIÁLOGOS DURANTE O WORKSHOP 3

A seguir são apresentadas as contribuições e considerações dos participantes durante a apresentação dos resultados das rodas de conversa no Workshop 3.

- Coleta de Resíduos: Tanto a coleta de resíduos convencionais quanto a de recicláveis é realizada pela Recicla Mais Brasil. Alguns condomínios optaram por renunciar à coleta de resíduos convencionais realizada pelo SLU, uma escolha dos moradores, devido a menor incidência de problemas com a empresa contratada;
- Qualidade do Serviço: Embora já tenham ocorrido problemas com a Recicla Mais Brasil, o serviço prestado pela cooperativa é considerado melhor do que o serviço público de coleta, especialmente pela boa comunicação mantida com a cooperativa. Na coleta convencional, a escolha pela empresa privada também se deu por questões de barulho, horário de prestação do serviço e tipo de caminhão utilizado;
- Impacto dos Caminhões: O último ponto refere-se aos caminhões grandes da coleta pelo SLU, que acabam comprometendo os bloquetes na área interna do condomínio. Foi ressaltada a importância de esclarecer todos os pontos do contrato antes de contratar o serviço, para garantir que ele atenda às expectativas de ambas as partes;

- Coleta Seletiva: A coleta seletiva é realizada pela Cooperativa Reciclo e funciona bem. A iniciativa de coleta de recicláveis foi impulsionada pela mobilização dos próprios moradores;
- Compostagem: Quanto à implantação de projetos de compostagem em condomínios, um representante do SLU informou que há plantas baixas-modelo para composteiras em condomínios. No Park Way, a compostagem é feita no próprio condomínio, incentivando os moradores a entregar podas, que são trituradas uma vez por mês. É necessário reforçar a mobilização;
- Dificuldades das Cooperativas: Representantes das cooperativas relataram algumas dificuldades nas atividades realizadas em condomínios, tais como:

1. Os Carros estacionados em ambos os lados da via, impedindo a passagem dos veículos de coleta;
2. Deficiências na separação dos resíduos;
3. Vidros mal acondicionados, resultando em cortes nos funcionários;
4. Uma das empresas de limpeza urbana relatou ter pouca experiência com condomínios horizontais.

Workshop 4

Tema: Limpeza Urbana

Data 16/05/2024

Questão 1

A limpeza urbana compreende diversos serviços que visam manter a limpeza, o asseio e a estética de espaços públicos.

Problema: Falhas no planejamento e na execução dos serviços de limpeza urbana podem acarretar danos à saúde e segurança das pessoas, ao meio ambiente ou à estética das cidades.

Assim, em relação ao planejamento e à execução dos serviços relacionados abaixo, o que precisa ser melhorado?

a) Varrição de logradouros e vias públicas; e
b) Instalação e coleta de resíduos em lixeiras públicas (papeleiras).

Respostas ao Problema "a"

Problema:

- Há uma limitação no serviço em relação à medição, que não está contemplada nos contratos. Atualmente, para variações na área de limpeza, existem restrições: conforme o contrato, o SLU varre apenas as sarjetas em linha reta. No entanto, em áreas como praças (que não possuem alinhamento reto), o sistema não registra a limpeza;

Sugestão:

- Desenvolver uma nova metodologia para a varrição e buscar a aprovação desses novos critérios pelo TCDF (Tribunal de Contas do Distrito Federal), conscientizando-os sobre a necessidade das mudanças;

Problemas:

- Varrição insuficiente;
- Demora na coleta dos resíduos varridos e ensacados;
- Ausência de campanhas educativas;
- Quantidade insuficiente de lixeiras.

Sugestões:

- Instalar lixeiras em locais estratégicos e padronizá-las (uma para resíduos secos e outra para orgânicos);
- Estabelecer pontos específicos para concentração dos sacos com resíduos da varrição;
- Diversificar a quantidade de pontos de entrega voluntária (PEVs) para facilitar a compreensão do sistema;
- Garantir a segurança dos varredores em locais de alta periculosidade, especialmente em áreas de baixa renda durante o período noturno (para varrição manual);
- Mapear as áreas de maior risco e designar varrição mecanizada para essas regiões;
- Manter a manutenção em dia dos equipamentos de varrição mecanizada para garantir eficiência;
- Aumentar o tamanho das lixeiras em locais de alto fluxo de pessoas;
- Reforçar a divulgação e a educação ambiental;
- Realizar a coleta diária das papeleiras em locais de grande movimento.
- Utilizar tecnologia (aplicativos) para permitir denúncias de irregularidades e fiscalização cidadão;
- Substituir as lixeiras de modelos antigos por versões atualizadas e mais eficientes.

Respostas ao Problema “b”

Problema:

- O modelo atual das lixeiras possui uma limitação física que compromete a funcionalidade. Além disso, algumas lixeiras só podem ser fixadas em postes, que nem sempre estão localizados em áreas de maior circulação.

Sugestão:

- Existem projetos com novos equipamentos para aprimorar a adequação das lixeiras, mas são necessários recursos para sua implementação. Os equipamentos existentes devem ser descartados, redirecionados para outros fins ou mantidos com a complementação dos novos equipamentos.

Questão 2

A limpeza urbana compreende diversos serviços que visam manter a limpeza, o asseio e a estética de espaços públicos.

Problema: Falhas no planejamento e na execução dos serviços de limpeza urbana podem acarretar danos à saúde e segurança das pessoas, ao meio ambiente e à estética das cidades.

Assim, em relação ao planejamento e à execução dos serviços de poda, capina e roçada1 em vias e logradouros públicos, o que precisa ser melhorado?

Respostas e considerações dos grupos:

Problemas:

- A Resolução 21/2016 exige que cada serviço seja claramente delimitado para cada ente envolvido na sua prestação;
- Em relação às podas em locais como condomínios fechados, o serviço público não atende essa demanda.

Sugestões:

- Definir com clareza quais serviços são de responsabilidade de cada entidade;
- Conscientizar toda a população sobre essas definições;
- Estabelecer locais específicos para destinação dos resíduos;
- Determinar as áreas públicas e as entidades responsáveis por serviços como poda, capina e roçada.

Problemas:

- Dualidade na atribuição sobre os resíduos verdes: o cidadão não sabe a quem recorrer para solicitar a poda e o recolhimento desses resíduos;
- O nome "Papa Entulho" não abrange todos os tipos de resíduos, o que confunde o cidadão, que não associa o serviço ao recebimento de podas e outros resíduos verdes;
- Falta de informações e campanhas de conscientização.

Sugestões:

- Criar ao menos um ponto de descarte de resíduos verdes em cada Região Administrativa (RA);
- Utilizar tecnologias (como aplicativos) que permitam a denúncia de irregularidades e fiscalização cidadã, possibilitando que a população envie fotos e insira pontos georreferenciados que necessitem de limpeza;
- Mapear as áreas que necessitam de manutenção e priorizar aquelas com maior demanda;
- Estabelecer um cronograma regular para serviços de poda, capina, roçada e frisagem de meio-fio, que anteceda o serviço de pintura;
- Garantir a manutenção regular dos equipamentos;
- Fomentar a cooperação entre empresas e a gestão pública para a destinação de resíduos verdes para compostagem;
- Permitir iniciativas privadas para a execução de podas de serviços locais, com ressalvas que envolvam discussões e regulamentação apropriadas;
- Aumentar a frequência dos serviços de capina e roçada em todas as RAs e melhorar os equipamentos utilizados.

Questão 3

Os Papa-Entulhos (Ponto de Entrega Voluntaria – PEV) são estruturas que integram os serviços de limpeza urbana do Distrito Federal e destinam-se a receber: I – pequenos volumes de resíduos da construção civil e de podas e galhadas (até 1m³ por gerador); II – resíduos volumosos; IV - resíduos recicláveis; e V - óleo de cozinha usado.

A remoção manual ou mecanizada de resíduos da construção civil, volumosos, podas e galhadas descartados irregularmente em áreas públicas visa manter a limpeza da cidade e o controle de vetores.

Problema 1: Descarte irregular de resíduos da construção civil e volumosos em áreas públicas.

Problema 2: A quantidade insuficiente de Papa-Entulhos pode limitar seu uso pela população.

1) Quais ações poderiam ser implementadas para reduzir a quantidade de resíduos descartados irregularmente em vias ou logradouros públicos?

2) Em relação aos Papa-Entulhos, o que pode ser melhorado para facilitar seu uso pela população e aumentar sua eficiência operacional?

Respostas ao Problema "1"

- Implementar uma fiscalização eficiente e autuação adequada;
- Assegurar compatibilidade nos trabalhos entre os órgãos responsáveis;
- Definir claramente os direitos de propriedade das áreas;
- Conscientizar a população, promovendo educação sobre o uso correto dos equipamentos já disponíveis, que estão sendo subutilizados ou utilizados incorretamente;
- Garantir a destinação adequada dos resíduos coletados, ajustando-a ao tipo específico de resíduo.
- Divulgar os locais apropriados para descarte de resíduos.
- Criar um serviço para transporte de resíduos até o "papa-entulho";
- Aumentar o número de "papa-entulhos", com no mínimo um em cada Região Administrativa (RA);
- Expandir a quantidade de pontos de coleta (PDGIRS);
- Disponibilizar transporte para coleta de resíduos em domicílio;

- Disponibilizar transporte para coleta de resíduos em domicílio;
- Considerar as áreas entre quadras como grandes geradores, aplicando obrigações como a elaboração de Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Implementar o tratamento local (entre quadras) de resíduos orgânicos e propor incentivos para tal;
- Exigir que restaurantes triturem seus resíduos orgânicos;
- Ampliar as campanhas de conscientização e educação ambiental;
- Oferecer incentivos para empresas de serviços de coleta (como caçambas tipo brooks) para tornar o serviço mais acessível em áreas de baixa renda, visando estimular o uso correto e reduzir o descarte irregular;
- Aumentar a quantidade de equipamentos e mão de obra para as empresas responsáveis pela manutenção e retirada de resíduos nos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs), uma vez que, atualmente, os 23 PEVs contam com apenas 3 caminhões, insuficientes para atender a todos, resultando em PEVs frequentemente sobrecarregados.

Respostas ao Problema “2”

- Definir a localização dos Pontos de Entrega Voluntária (PEVs) com base em evidências, priorizando áreas com histórico de descarte irregular e locais com maior probabilidade de se tornarem pontos críticos;
- Promover educação ambiental, ampliando a divulgação para que a população conheça e utilize melhor os PEVs;
- Fortalecer as ações de fiscalização, aprimorando o apoio institucional;
- Propor incentivos, como prêmios, para estimular a manutenção das áreas públicas, incluindo ações de limpeza e compostagem;
- Ampliar a capacidade dos PEVs para atender à alta demanda de resíduos, considerando que, quando os PEVs estão muito cheios, os colaboradores não conseguem receber mais resíduos, mesmo os de até 1m³.

ANOTAÇÃO DOS DIÁLOGOS DURANTE O WORKSHOP 4

A seguir são apresentadas as contribuições e considerações dos participantes durante a apresentação dos resultados das rodas de conversa no Workshop 4.

- A varrição atualmente é limitada à área da sarjeta, abrangendo apenas "1 metro para um lado e 1 metro para o outro". Para que a varrição de praças seja realizada, o sistema não deveria ser em linha reta, mas atualmente não é possível elaborar contratos para atender essas necessidades devido a restrições impostas pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). Seria necessária uma tecnologia que o TCDF aprovasse;
- A definição do termo “logradouro público” é vaga e precisa ser melhor especificada para evitar interpretações arbitrárias por influências políticas;
- É necessário definir e delimitar o que é considerado boca de lobo;
- Necessidade de esclarecer se os órgãos públicos federais e distritais devem ser limpos pelo SLU;
- As lixeiras tipo papeleiras são ineficazes e está prevista a instalação de um novo modelo. Essas estruturas frequentemente são danificadas ou queimadas.
- Contêineres devem ser posicionados a cada 100 metros e idealmente equipados com reconhecimento facial para reduzir as paradas. Também se propõe uma parceria entre moradores e o SLU para a disponibilização de diferentes tipos de lixeiras;
- Deve-se promover a cultura de responsabilidade individual, conscientizando o cidadão sobre sua responsabilidade pela destinação correta dos resíduos que gera;
- O prestador público de serviços de poda está desenvolvendo um aplicativo específico para solicitações de poda. As atividades de capina e roçagem seguem um cronograma devido às limitações financeiras. Parcerias foram realizadas, mas enfrentaram problemas como extravio de equipamentos, desvio de função de servidores e sobreposição de serviços em alguns locais, conforme apontado por órgãos reguladores;
- Os resíduos de poda danificam os caminhões compactadores, mas o SLU continua a coletá-los;
- O nome “PEV” é considerado inadequado, pois a população não entende claramente quais resíduos devem ser levados para esses pontos;
- Há necessidade de maior fiscalização para coibir descartes irregulares, revitalizar esses pontos de descarte e implementar cercamentos adequados;
- Definir com clareza os conceitos de logradouros públicos e sarjetas;
- Delimitar as áreas de atuação entre o SLU e a Novacap;
- Há duplicidade nos serviços de varrição, poda, roteirização e nas parcerias entre prefeituras e o SLU;

- É necessário esclarecer onde o Estado pode conceder concessões de serviços. Propõe-se uma gestão compartilhada de resíduos, com a Adasa regulando o setor privado, o que exige uma alteração no decreto;
- O SLU não recebe resíduos de terceiros nem realiza coletas em unidades particulares.

Workshop 5

Tema: Monitoramento e informações sobre os serviços e Comunicação social e atendimento ao usuário.

Data 23/05/2024

Questão 1

Os prestadores de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal devem realizar ações permanentes de mobilização e sensibilização social, voltadas à conscientização dos usuários quanto às regras de utilização dos serviços, com vistas ao desenvolvimento de comportamentos e hábitos indispensáveis ao seu bom funcionamento.

Problema: Falhas no planejamento ou na execução de campanhas de comunicação e sensibilização social comprometem a efetividade da comunicação com os usuários sobre a correta utilização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em especial, em relação: a) forma de segregação e disponibilização dos resíduos para coleta; b) uso dos papa-recicláveis, papa-lixos e papa-entulhos.

O que deve ser melhorado para que as campanhas de comunicação e sensibilização social sejam mais efetivas quanto aos objetivos de orientar adequadamente os usuários e promover mudanças de comportamento em relação à utilização dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos?

Respostas e considerações dos grupos:

- Transformar o tema em uma política de estado: Buscar apoio da SEMA, do SLU, da Adasa e do IBRAM para estabelecer a gestão de resíduos como uma política de estado, adotando uma abordagem de cima para baixo, com comprometimento das autoridades máximas;

- Desenvolver políticas específicas para diferentes épocas do ano: Criar estratégias diferenciadas para enfrentar os desafios do descarte de resíduos durante as estações chuvosa e seca, levando em consideração as especificidades de cada período;
- Estabelecer orçamento próprio: Destinar um orçamento exclusivo dentro da Casa Civil, SEGOV e SECOM para a implementação e fortalecimento das ações relacionadas à gestão de resíduos sólidos;
- Aumentar publicidade e propaganda "de baixo para cima": Investir em campanhas de conscientização e sensibilização para engajar a população, promovendo a participação ativa e responsável no processo de gestão dos resíduos;
- Aumentar o dinamismo das mobilizações: Tornar as mobilizações mais ágeis e eficientes, com maior alcance, por meio de uma estratégia mais bem estruturada e com equipes dedicadas;
- Realizar campanhas massivas com várias pastas do Governo: Criar campanhas em parceria com diversas secretarias e órgãos do governo, para maximizar o impacto e a abrangência das ações de conscientização sobre o descarte correto de resíduos;
- Desenvolver estratégias para envolver representantes, síndicos e prefeitos de quadras: Criar programas específicos para que essas lideranças transmitam as informações sobre separação de resíduos e outros temas relacionados aos moradores e condomínios;
- Instituir um programa de benefícios para quem entrega resíduos corretamente: Implementar um sistema de recompensa para quem faz o descarte correto, como um programa similar ao "Nota Legal", incentivando a adesão à coleta seletiva e ao descarte responsável;
- Aumentar a quantidade de equipes de mobilização: Ampliar o número de equipes de mobilização para garantir uma cobertura mais ampla e aumentar o impacto das ações educativas;
- Disponibilizar recursos para campanhas em massa: Garantir recursos financeiros para a realização de campanhas de grande alcance, visando sensibilizar a população sobre a importância da coleta seletiva e do descarte correto;
- Divulgar os gastos com o descarte irregular: Tornar públicos os custos envolvidos no tratamento do descarte irregular, para conscientizar a população sobre como esses recursos poderiam ser melhor aplicados, se o descarte fosse realizado de maneira adequada;
- Reduzir o território de atuação dos mobilizadores: Ajustar as áreas de atuação das equipes de mobilização para que possam conhecer mais profundamente as regiões, identificar os pontos de maior sucesso e melhorar a eficácia das ações;
- Divulgar o aplicativo do SLU: Incentivar o uso do aplicativo do SLU, promovendo sua disseminação e utilização pela população como ferramenta para facilitar o processo de coleta e descarte de resíduos;

- Fortalecer a sensibilização social com ações contínuas: Criar e executar ações permanentes de sensibilização para garantir que a população compreenda a importância da separação e do descarte correto dos resíduos;
- Realizar campanhas de comunicação de maior impacto: Investir em campanhas de comunicação em massa, utilizando as mídias tradicionais e digitais para alcançar um público amplo e gerar maior conscientização;
- Esclarecer responsabilidades e recursos disponíveis: O SLU, em parceria com a SEMA, deve esclarecer qual é a responsabilidade sobre as campanhas de mobilização. Utilizar parte dos recursos provenientes das multas aplicadas pelo DF Legal para apoiar as ações de educação ambiental, assegurando a execução eficaz das campanhas;
- Fazer parcerias para capacitação dos mobilizadores: Firmar parcerias com instituições de capacitação para melhorar o entendimento dos mobilizadores e da população sobre a separação de resíduos, focando em um público mais amplo, com ênfase nos adultos, além das crianças;
- Fortalecer a formação de multiplicadores de conhecimento: Investir na formação de educadores e gestores para que se tornem multiplicadores do conhecimento sobre a gestão de resíduos sólidos, impactando toda a comunidade.

Questão 2

Os prestadores de serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos devem disponibilizar serviços adequados e promoverem um satisfatório atendimento aos usuários.

Problema: Falhas no atendimento ao usuário (solicitação de serviços, reclamações, pedido de informações, Ouvidoria etc.) comprometem a resolução tempestiva e satisfatória das demandas da população em relação aos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

a) Vocês consideram satisfatórios os canais disponibilizados para atendimento ao usuário? Justifique?

b) O que deve ser melhorado em relação ao sistema de atendimento aos usuários dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, em relação a aspectos como: a) dias ou horário de funcionamento do atendimento, canais disponibilizados para atendimento, prazos de atendimento etc.)?

Respostas ao item “a”

- Satisfatória, mas não intuitiva: Muitas vezes, o usuário encontra dificuldades em acionar ou solicitar atendimento por meio do Participa DF;
- Contato direto com o SLU: Devido ao fluxo difuso no Participa DF, o contato direto com o SLU é necessário para resolver algumas demandas;
- Regimento claro com responsabilidades: É necessário estabelecer um regimento que defina claramente as responsabilidades para o encaminhamento das demandas às áreas competentes;
- Melhorar a conscientização e educação ambiental da população, para que as reclamações feitas sejam mais assertivas;
- Falta de um sistema integrado de informações entre diversos órgãos do governo, o que dificulta a comunicação e resolução das demandas;
- Divulgação ampla dos aplicativos e do Geoportal do SLU, para aumentar o alcance e a utilização dessas ferramentas pela população;
- A ouvidoria recebe inúmeras manifestações que poderiam ser resolvidas se houvesse uma maior divulgação dos serviços disponíveis;
- Treinamento adequado para os responsáveis pela ouvidoria, visando melhorar o atendimento e a resolução das demandas.

Respostas ao item “b”

- Reduzir o prazo de trâmite interno: Agilizar o processo interno para que as demandas sejam atendidas com a maior rapidez possível, visando aumentar a eficiência no atendimento às solicitações da população;
- Ampliar os canais de atendimento: Oferecer mais opções para a população fazer solicitações, sugestões ou reclamações, aumentando a acessibilidade e agilidade no contato com os serviços públicos;
- Estabelecer prazos flexíveis conforme a complexidade do problema: Ao invés de utilizar um prazo padronizado, ajustar os prazos conforme a complexidade de cada demanda, permitindo respostas mais adequadas e eficientes;
- Promover reuniões de resolução conjunta: Estimular encontros entre o cidadão, o servidor e o administrador local para discutir e resolver de forma colaborativa os problemas, criando uma cultura de fiscalização comunitária que contribui para a melhoria contínua;
- Melhorar a ouvidoria: Aumentar a eficiência da ouvidoria, reduzindo o tempo de resposta às demandas da população, para garantir um atendimento mais ágil e satisfatório;
- Desenvolver aplicativo para prestadores de serviços: Criar um aplicativo específico para os prestadores de serviços, com base no desenvolvimento previsto nos contratos e nas planilhas orçamentárias, que permita um acompanhamento mais transparente e eficaz das ações de limpeza e coleta;

- Equipe dedicada para gerenciamento do aplicativo: Os prestadores contratados devem disponibilizar uma equipe específica para gerenciar o aplicativo e garantir que as solicitações da população sejam atendidas de forma eficiente e dentro do prazo estipulado;
- Disponibilização do aplicativo para a população: O aplicativo será acessível à população, permitindo que os cidadãos façam solicitações, registrem reclamações ou acompanhem o andamento das demandas relacionadas à limpeza urbana e coleta de resíduos;
- Definir prazos para resolução e indeferimento: Estabelecer prazos claros para que as prestadoras de serviços resolvam ou indeferem as solicitações feitas através do aplicativo, garantindo a transparência e a prestação de contas;
- Instrumentos de medição de resultados: Incluir nos contratos cláusulas que prevejam a medição de resultados vinculados ao desempenho do aplicativo, como indicadores de resolução de problemas. Por exemplo, baixa resolução de problemas pode acarretar descontos no pagamento mensal;
- Falta de aplicativo de fiscalização pela população: Implementar um aplicativo específico que permita à população fiscalizar, de forma mais objetiva, as ações de limpeza e coleta, promovendo a participação ativa na gestão dos resíduos urbanos;
- Melhorar a alternância entre coleta seletiva e convencional: Estabelecer um sistema mais eficiente de alternância entre a coleta seletiva e convencional, otimizando a gestão dos resíduos e garantindo que cada tipo de resíduo seja adequadamente coletado.

Questão 3

O monitoramento operacional e a divulgação de informações sobre os serviços de limpeza urbana (varrição de vias e logradouros públicos, remoção de entulhos, capina, poda e roçada de logradouros públicos, pintura de meio-fio etc.) e de manejo de resíduos sólidos urbanos (coleta, transporte, transbordo, triagem, tratamento e disposição final) são importantes para que se consiga acompanhar e avaliar o desempenho desses serviços.

Em relação ao monitoramento operacional e à divulgação de informações:

a) Quais informações vocês consideram importantes que sejam monitoradas para que se possa mensurar a quantidade e a qualidade dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos do Distrito Federal?

b) Como os resultados do monitoramento dos serviços podem ser divulgados para a população do Distrito Federal (Periodicidade, forma ou canais de divulgação etc.)?

Respostas ao item “a”

- Rotas percorridas via GPS dos caminhões e outros serviços já são monitoradas pelo SLU, e as informações coletadas ajudam a responder às ouvidorias;
- Divulgar as famílias beneficiadas pela reciclagem, com base no quantitativo de material aproveitado;
- Informar sobre os gastos com o recolhimento de resíduos descartados de forma incorreta, localização dos dispositivos de recolhimento, dados da coleta seletiva, população atendida por essa coleta, e quanto da coleta seletiva foi destinada para as cooperativas, bem como a quantidade aproveitada. Além disso, divulgar os gastos com triagem, a porcentagem de material aproveitado e o que vai para o aterro; divulgar o tempo de vida útil do Aterro Sanitário, monitorar os serviços e contratos, e incentivar as regiões administrativas com melhores índices;
- Disponibilizar o relatório de monitoramento do SINLUR para o público em geral;
- Monitorar a localização dos contêineres com travas automáticas, utilizando as normas de contêineres para garantir conformidade;
- Disponibilizar os dados por meio de Dashboard, em vez de apenas relatórios do SLU, para facilitar o acesso e visualização das informações;
- Criar uma autoavaliação do local de residência em um mapa interativo, permitindo aos cidadãos classificar a limpeza local. Tornar pública a nota de cada região nas ferramentas de busca, fiscalizar as regiões com notas baixas e dar maior atenção à mobilização nessas áreas;

- Divulgar as informações por meio de indicadores claros, para facilitar a compreensão dos resultados e a tomada de decisões;

Respostas ao item “b”

- Por meio dos canais já existentes, como o aplicativo do SLU, que faz a divulgação em tempo real de informações sobre a coleta, como: acompanhamento dos caminhões, datas, horários e tipo de coleta na região. Para dados mais antigos, é importante integrá-los ao painel da Adasa, que é atualizado anualmente, reduzindo assim o tempo de atualização das informações;
- Divulgar os meios já disponíveis para a população, garantindo que todos tenham acesso às ferramentas e informações disponíveis;
- Realizar divulgação por meio de comunicação audiovisual (redes sociais, TV, rádio) e manter a periodicidade trimestral dos relatórios, para que a população esteja constantemente informada;
- Ampliar a divulgação nas grandes mídias, incluindo diferentes redes sociais com uma periodicidade mínima mensal, além de divulgar nas escolas e universidades para alcançar um público mais amplo.

ANOTAÇÃO DOS DIÁLOGOS DURANTE O WORKSHOP 5

A seguir são apresentadas as contribuições e considerações dos participantes durante a apresentação dos resultados das rodas de conversa no Workshop 5.

- As campanhas não devem ser a única medida a ser avaliada, é necessário que todas as ações de educação ambiental tenham uma taxa de reversão, ou seja, que gerem resultados efetivos;
- Usuários do Jardim Botânico não compreendem o propósito da coleta seletiva, o que indica a necessidade de maior conscientização;
- Comunicação em massa é essencial para garantir que a população esteja ciente das práticas e políticas de gestão de resíduos;
- A Escola de Governo pode ser uma plataforma para ampliar a capacitação e disseminação de informações relacionadas à educação ambiental;
- Associar a coleta de resíduos à saúde pública pode ser uma estratégia eficaz para aumentar a compreensão da população sobre sua importância;
- Conhecimento técnico é fundamental para a implementação das políticas públicas, e deve ser promovido entre todos os envolvidos;

- Para implementar políticas públicas de gestão de resíduos, é necessário investimento financeiro. A SEMA, a Adasa, o IBRAM e outros órgãos deveriam se reunir para pleitear recursos junto ao governador;
- Deve-se gerir bem os recursos disponíveis, com comprometimento da SEMA e da Casa Civil;
- O representante da SEMA mencionou que o órgão não tem condições orçamentárias para atuar sozinho e que deveria ter um orçamento específico para isso;
- As campanhas de educação ambiental não têm sido suficientes. Apesar da importância dos professores, a formação desses profissionais ainda é limitada, o que restringe o alcance das campanhas. As administrações regionais também precisam fazer mais esforços. O público atingido é pequeno, sendo necessário mais formação e divulgação. O aplicativo do SLU também precisa ser mais divulgado;
- Antes da implementação da coleta seletiva, a separação de resíduos não era eficaz porque todos os resíduos eram enviados para o mesmo caminhão. A partir de 2024, haverá caminhões distintos, mas ainda é necessário informar a população sobre a importância e a forma correta de separar os resíduos;
- A dificuldade de entendimento sobre o papel de cada órgão (Administrações Regionais, Novacap, Adasa, SLU) deve ser superada;
- Uma forma eficaz de explicar a separação de resíduos é associá-la à saúde pública, destacando os impactos diretos na qualidade de vida da população.
- Nos contratos de serviços públicos, a mobilização é prevista, mas ainda é insuficiente e ineficaz. São necessárias equipes maiores e melhor preparadas, ·e em algumas situações, mesmo com a preparação adequada, as condições de trabalho são limitadas;
- Falta de coesão nas iniciativas dos diferentes órgãos. A centralização das ações pelo SLU pode trazer mais eficiência;
- O representante do SLU afirmou que as atividades são realizadas dessa forma devido à natureza contratual, sem recursos adicionais, sendo as cooperativas responsáveis por parte da execução;
- Aplicativo: Deve haver regulamentação, com recursos como localização e prazos definidos para otimizar a gestão de demandas;
- Treinamento e filtragem das ouvidorias: Muitas vezes, as reclamações resultam de desentendimentos entre vizinhos, o que exige treinamento específico para resolver essas questões;
- O Portal de Serviços (App) deve incluir funcionalidades para demandas específicas como poda, limpeza de bueiros etc., mas não deve ser o único meio de solicitação;
- Demora nas respostas das ouvidorias para as demandas mais imediatas. Um aplicativo pode ser mais eficaz, mas depende de regulação, especialmente por parte da Adasa, e deve estar alinhado às demandas urgentes;

- Capacitação da ouvidoria pode reduzir reclamações indevidas e, consequentemente, diminuir a carga de trabalho desnecessária;
- O prestador de serviços públicos de poda e drenagem informou sobre a criação de um aplicativo georreferenciado, mas há resistência ao uso de tecnologias por parte da população;
- Fomentar a utilização de mídias gratuitas, como imprensa local, pode ajudar a aumentar a visibilidade dos serviços e ações de educação ambiental;
- Dashboard de dados: Disponibilizar esses dados para o público pode facilitar o acesso à informação sobre a limpeza urbana e gestão de resíduos;
- Aumentar o diálogo com a sociedade é essencial para melhorar a transparência e a colaboração;
- A divulgação de dados ambientais e de serviços deve ser mais acessível à população;
- O SIMLUR (Sistema de Limpeza Urbana) oferece histórico e GPS dos serviços, o que pode ser útil para que a população verifique se o caminhão já passou e evitar reclamações indevidas;
- Tratamento diferenciado das regiões é necessário, uma vez que as necessidades variam. A população precisa ser mais informada sobre sua responsabilidade na destinação dos resíduos, com maior ênfase na educação, cooperativismo e conscientização, em vez de apenas imposição;
- A importância das Administrações Regionais é destacada, pois elas estão mais próximas da população e podem iniciar as ações educativas.